



Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

O Empreendedorismo Social em Cabo Verde:
Estudo de caso – A associação Abi-Djan

Neusa Marise Gonçalves Borges

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em
Economia Social e Solidária

Orientador:

Doutor Rogerio Roque Amaro, Professor

Professor associado do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

ISCTE-IUL

Outubro, 2019

Agradecimentos

A realização deste trabalho foi possível graças ao apoio e a colaboração de várias pessoas. Neste sentido, quero manifestar o meu apreço e gratidão às seguintes pessoas:

A minha família pelo apoio incondicional durante o percurso, em especial a minha mãe;

Ao orientador, Prof. Doutor Rogerio Roque Amaro do ISCTE, pela disponibilidade durante a execução deste trabalho;

Ao Mentor e amigo, Paulo Veríssimo, por me ter facultado o acesso a bibliografias sobre o tema, bem como comentários, sugestões de melhoria e por todo o apoio concedido;

A líder, ativista Mizá Lopes pela atenção, acolhimento, facultando o acesso às comunidades e a todas as informações sobre a associação e o trabalho desenvolvido;

Aos órgãos sociais e membros das associações entrevistados pela forma como me acolheram e pelas informações cedidas;

Às pessoas das comunidades de Porto Madeira e Espinho Branco que aceitaram responder o questionário, pelas informações

A todas as entidades contactadas, pela cedência de informações, particularmente a Plataforma das ONG's de Cabo Verde;

As amigas, Isandreia e Austilinda da Universidade Lusófona - Portugal, a Katia e Arlinda pelo incentivo e encorajamento;

Resumo

O fenómeno do empreendedorismo social tem sido considerado uma proposta estratégica de mudança social tem adquirido grande ênfase face a estratégia de redução da pobreza e exclusão social nas comunidades vulneráveis.

Este trabalho foi desenvolvido no quadro da realização do Mestrado em Economia Social e Solidária pelo ISCTE-IUL. Tem como objetivo analisar o contributo do empreendedorismo social desenvolvido pelo associativismo com vista ao desenvolvimento local.

Em específico, procura analisar a dinâmica associativa tendo em conta o desenvolvimento do empreendedorismo social como recurso ao desenvolvimento local, e analisar o empreendedorismo social desenvolvido pela associação Abi-Djan – Ilha de Santiago, Cabo Verde nas comunidades de Porto Madeira e Espinho Branco - Rabelados.

A recolha dos dados foi feita, nas referidas comunidades, junto dos agregados familiares com base num questionário e junto dos membros e órgãos sociais da associação com base num guião de entrevistas previamente elaborado. Também a fim de conhecer a dinâmica do fenómeno no país aplicou-se entrevistas com base num guião previamente elaborado a algumas instituições de desenvolvimento local que tem desenvolvido iniciativas do empreendedorismo social no país.

Os dados recolhidos apontam que os inquiridos assumem que a ideia do empreendedorismo social preconizada pela associação Abi-Djan tem contribuído como fonte de oportunidades para a mudança de vida para as famílias locais ressaltando melhorias no acesso as suas necessidades básicas, na promoção do emprego e rendimento. Reconhecem que essas ações têm tido impacto na resolução dos problemas locais, e conseqüentemente na redução da pobreza com efeitos positivos no reforço do capital social e no desenvolvimento local nas comunidades abrangidas.

Palavras-chaves: Empreendedorismo social, Associativismo, Desenvolvimento Local, Criatividade.

Abstrat

The phenomenon of social entrepreneurship has been considered a strategic proposal for social change. It has gained a great emphasis on the strategy of poverty reduction and social exclusion in vulnerable communities.

This work was developed in the framework of the accomplishment of the Master's degree in Social and Solidarity Economy by ISCTE-IUL. It aims to analyze the contribution of social entrepreneurship developed by associativism with a view to local development.

Specifically seeks to analyze the associative dynamics taking into account the development of social entrepreneurship as a resource to local development, and analyze the social entrepreneurship developed by the association Abi-Djan - Santiago Island, Cape Verde in the communities of Porto Madeira and Espinho Branco - Rabelados.

The data were collected in these communities, from households based on a questionnaire and from members and social bodies of the Association based on a script of interviews previously prepared. Also in order to know the dynamics of the phenomenon in the country applied interviews based on a script previously elaborated to some local development institutions that have developed initiatives of social entrepreneurship in the country.

The data collected indicate that respondents assume that the idea of social entrepreneurship advocated by the Abi-Djan Association has contributed as source of life-changing opportunities for local families, highlighting improvements in access to their basic needs, in promoting employment and income. They recognize that these actions have had impact in solving local problems, and consequently poverty reduction with positive effects on strengthening social capital and local development in the communities involved.

Keywords: Social Entrepreneurship, Associativism, Local Development, Creativity.

Índice geral

Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstrat	iv
Índice de quadros e gráficos	vii
Glossário de Siglas	viii

Introdução	1
-------------------------	----------

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO OU ESTADO DE ARTE	5
------------------------------------------------------	----------

1.1. Empreendedorismo social	5
1.1.1. Resgate histórico do conceito	5
1.1.2. Empreendedorismo Social: Conceções e Críticas	11
1.1.3. Associativismo	25
1.1.4. Desenvolvimento local	27
1.2. Empreendedorismo social e desenvolvimento local	30
1.2.1 O empreendedorismo social e a promoção do associativismo	30
1.2.2 O papel do associativismo na impulsão do desenvolvimento local	32

CAPÍTULO II

QUADRO METODOLÓGICO	35
----------------------------------	-----------

2.1 Método de pesquisa	35
2.2 Escolha do caso e unidade da análise	35
2.3 Definição do universo e da amostra	36
2.4 Instrumentos para a recolha dos dados	38
2.5 Tratamento e análise de dados	39

CAPÍTULO III

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM ÁFRICA	40
--------------------------------------------------	-----------

3.1 A perspectiva da economia social em África	40
3.2 O empreendedorismo social em Cabo Verde	44

3.2.1 Breve panorama geral do país	44
3.2.2 Contexto socioeconómico	45
3.2.3 Os promotores do empreendedorismo social em Cabo Verde	47
3.2.4 O empreendedorismo social no contexto do associativismo cabo-verdiano .	50

CAPITULO IV

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM CABO VERDE - ESTUDO DE CASO:

A ABI –DJAN	54
4.1 A Abi-Djan.....	54
4.2 A experiência da Abi-Djan	57
4.3 O empreendedorismo social desenvolvido pela Abi-Djan.....	59
4.3.1 As iniciativas do empreendedorismo social desenvolvidas pela Abi-Djan nas comunidades de Porto Madeira e Espinho Branco	59
4.4 Análise e interpretação dos dados	65
4.4.1 Perfil dos beneficiários inquiridos	65
4.4.2 Contribuições das iniciativas de empreendedorismo social da associação no seu quotidiano.....	69
4.4.3 Percepção quanto ao empreendedorismo social, associativismo e desenvolvimento local	73
Conclusão	78
Bibliografia	81
Anexos	ix

Índice de quadros e gráficos

Quadro 1 - Distribuição dos inquiridos por sexo.....	66
Quadro 2 - Distribuição dos inquiridos por faixa etária	67
Quadro 3 - Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil.....	67
Quadro 4 - Distribuição dos inquiridos por número de filhos.....	68
Quadro 5 - Distribuição dos inquiridos segundo nível de instruções	69
Quadro 6 - Distribuição dos inquiridos segundo a situação profissional	69
Gráfico 1 - Reflexo na mudança de vida	70
Gráfico 2 - As diferentes contribuições constatadas	71
Gráfico 3 - Contribuição na criação do valor social.....	72
Gráfico 4 - Propiciação de oportunidades para as comunidades	73
Gráfico 5 - Na impulsão do associativismo e sua sustentabilidade.....	74
Gráfico 6 - Proximidade entre as associações e a comunidade	75
Gráfico 7 - No aumento da justiça social e da coesão social.....	76
Gráfico 8 - Envolvimento e participação da comunidade	77

Glossário de Siglas

ABI-DJAN	Associação de Beneficência Intercultural - Dinamismo dos Jovens Artistas pelas Nações
ACD	Associações Comunitárias de Desenvolvimento
CITI-HABITAT	Centro de Inovação em Tecnologia de Intervenção Social para o Habitat
CRP	Comissão Regional de Parceiros
ECRP	Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza
FAIMO	Frentes de Alta Intensidade de Mão-de-Obra
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAMI-PICOS	Associação de Apoio as Iniciativas de Auto-promoção Familiar
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
GOP	Grandes Opções de Plano
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
IMC	Inquérito Multi-objetivo Contínuo
INE	Instituto Nacional das Estatísticas
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organizações não-governamentais
ONGD	Organizações não Governamentais Para o Desenvolvimento
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PNLP	Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza
POSER	Programa de Oportunidades Socioeconomicas Rurais
PLPR	Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza do Meio Rural
UCP	Unidade de Coordenação do Programa
QUIBB	Questionário Unificado de Indicadores Básicos de Bem-estar
SPSS	Programa Estatístico para as Ciências Sociais

Introdução

O debate em torno do empreendedorismo social vem se consolidando ao longo dos anos, à medida que a afirmação do capitalismo, como sistema económico e político predominante tem gerado um crescimento económico de modo desigual e conduzido a efeitos sociais maléficos e heterogéneos a vários níveis.

O modelo de crescimento e a perspetiva do desenvolvimento têm sido objetos de grandes enfoques e profundas análises nos últimos anos. Por um lado, porque o crescimento convencional gerou os esperados efeitos positivos, mas por outro, evidenciou com intensidade os resultados negativos e muito enfáticos visto que, concentrou grande parte dos esforços na esfera económica. Demonstrado o plano de desenvolvimento isolado e incapaz de gerar bem-estar comum e, suscitando a reformulação das metas e maior sentido de responsabilidade as esferas.

O empreendedorismo, a inovação, a criatividade, a expansão e, as novas ideias constituem fatores históricos no progresso dos programas e projetos de crescimento, mas elucidaram outras necessidades ao sentido do desenvolvimento, pautando por mudanças sociais eminentes a favor da melhoria das condições de vida principalmente no seio dos mais desfavorecidos.

O empreendedorismo social urge, desta feita, e assume um papel de exponencial significado a nível mundial, em diferentes performances económicas, e tem adquirido espaço em comunidades e territórios. Desenvolve-se no seio da economia social e solidária, num nicho que ganhou espaço nos limites das falhas do Estado e do mercado, atendendo aos excluídos, chamando atenção a humanidade a conciliar todas as dimensõe imprescindíveis e que reata o sentido das relações sociais.

Assim sendo, a necessidade emergente de elucidar formas da promoção do desenvolvimento social e sustentável em busca de variáveis e indicadores positivos tornaram primazias em prol da legitimidade da dignidade humana.

O fomento das práticas, iniciativas, políticas e ações sociais formaram as bases para o debate do fenómeno do empreendedorismo social, constituindo-se como um dos

suportes de muitos programas e agendas a nível global. Vários autores, pesquisadores e ativistas do desenvolvimento e órgãos vocacionados à promoção das condições de vida das populações o reconhecem como agente de mudança e fonte de desenvolvimento em contextos nacionais, municipais e em pequenas comunidades.

Com efeito, o empreendedorismo social tem sido considerado como propulsor de sinergias e de transformação do social, sendo declarado como promotor de mudanças positivas e estimulador do espírito de humanidade. A nível global, estudos apontam a grandiosidade dos seus impactos nos mais variados campos, especificamente no social. Face ao cenário de disparidades e insuficiências figurado pela miséria, pauperismo e insustentabilidades, o empreendedorismo social ergue-se como um catalisador da renovação social recorrentemente em busca da mobilização, de novas atitudes, das oportunidades, da impulsão da justiça e, conseqüentemente, melhoria das condições de vida das populações vulneráveis.

Neste contexto, as estruturas associativas têm-se destacados como espaços de transmissão de modelos de vida, dedicando-se ao estímulo da melhoria da saúde, educação, ambiente, entre outros e, ao fim ao cabo, na promoção do bem-estar das pessoas mais necessitadas.

Cabo Verde é um país africano, que se assenta num sistema democrático em prol do desenvolvimento e construção da nação. Conhecida por um forte potencial de desenvolvimento, em comparação a alguns Estados africanos, foi elevado, há alguns anos, à categoria de país de desenvolvimento médio e tem-se focado em estratégias de estímulo ao empreendedorismo social. Contudo, também tem sido afetado pela circundante crise global, vivenciando o desemprego elevado, as desigualdades sociais acirradas, violências e criminalidade urbana, rendimentos baixos e pauperização das condições de vida das populações.

Associada à conjuntura global de desequilíbrio, modificações sociais mundiais, o pequeno país assume a proposta de encorajamento do empreendedorismo social como forma de minimização da pobreza, criação de emprego, igualdade de oportunidades e demais instrumentos de reforço a melhoria da situação económico-social das famílias.

Aliado a atenção ao tema, a presente dissertação pretende debruçar-se sobre o empreendedorismo social em Cabo Verde desenvolvido pelo movimento associativo através de um estudo de caso.

Este trabalho incide-se sobre as ações que as associações desenvolvem, tendo sido selecionada a Associação de Beneficência Intercultural - Dinamismo dos Jovens Artistas pelas Nações, abreviadamente designada de Abi-Djan, para estudo de caso. Esta associação de desenvolvimento local, criada em 1998, tem como objetivo incitar o desenvolvimento das comunidades a partir da arte e das formas criativas como bases do alargamento da cidadania e inclusão e como fontes de mudança face às persistentes privações locais.

A sua área de actuação está voltada para o meio rural, nomeadamente para as comunidades de Espinho Branco (Concelho de São Miguel) e Porto Madeira (Concelho de Santa Cruz) no interior da ilha de Santiago.

A Abi-Djan tem desenvolvido e promovido um conjunto de atividades mormente ao nível das dinâmicas empreendedoras, mobilizando-se, organizando as comunidades e desenvolvendo as suas competências, constituindo-as como os principais actores da luta pela alteração dos seus padrões de vida.

De referir que a selecção da referida associação como objeto deste estudo de caso deve-se ao exemplo das ações do empreendedorismo social que a mesma tem desenvolvido. A Abi-Djan tem articulado e promovido um conjunto de práticas reais e respostas inovadoras para colmatar as necessidades sociais de grupos em exclusão.

Em suma, a presente dissertação tenciona responder a seguinte questão de partida: Qual é o papel do empreendedorismo social no desenvolvimento local em Cabo Verde?

Para responder a questão de partida é formulada a seguinte hipótese de trabalho: o empreendedorismo social desenvolvido pela associação Abi-Djan tem traduzido o desenvolvimento local.

A presente investigação de mestrado tem como o objetivo central analisar o contributo do empreendedorismo social desenvolvido pelo associativismo com vista ao desenvolvimento local em Cabo Verde. E subdivide em três objetivos específicos:

- Analisar a dinâmica do associativismo face ao empreendedorismo social no arquipélago;
- Conhecer e analisar o empreendedorismo social desenvolvido pela associação Abi-Djan;
- Conhecer o reflexo do empreendedorismo social na promoção do desenvolvimento local em Cabo Verde;

A dissertação organiza-se em cinco partes. A primeira analisa a literatura sobre o empreendedorismo social; a segunda apresenta o quadro metodológico; a terceira destaca o empreendedorismo social em África e particularmente em Cabo Verde; a quarta realça o empreendedorismo social em Cabo Verde, dedicando-se concretamente ao estudo de caso – a associação Abi-Djan.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO TEÓRICO OU ESTADO DE ARTE

A revisão teórica que abre este ponto faz o retrato conceptual do empreendedorismo social. Apresenta-se também a sua evolução histórica, a aplicação a luz das abordagens de alguns autores e correntes admitindo o fluir do reflexo de alguns conceitos articulados ao estudo.

1.1. Empreendedorismo social

1.1.1. Resgate histórico do conceito

A primeira abordagem sistémica contemporânea do empreendedorismo social remete-nos ao processo de mudança a nível global destacado sobretudo pelas crises contextuais capitalistas que desafiaram a sociedade civil e que vem se arrastando até então, trazendo a baila e principalmente a fragilidade do Estado e do mercado e das suas ações no que tange a lida com as grandes questões sociais (Sweezy e Huberman, 1976: 17).

O período da industrialização das sociedades, o fim da Segunda Guerra Mundial, a relação trabalho-capital configurou novos contornos a todos os níveis, por um lado exponenciando a produção, a prosperidade da economia fazendo com que milhões de pessoas tornassem ricas, mas por outro, agravando o fenómeno da pobreza, demarcado pela miséria e o despertar de uma sociedade desequilibrada destacando milhares de milhões de pobres por todo o mundo (Yunus, 2011).

Um cenário de “abundância” em ambas as vertentes que incitou por reajustes e grande reforma no que tange a práticas sociais antigamente retratadas fortemente pela filantropia e pelos valores cristãos como a caridade e os modos assistencialistas aliada a ideia principal de ajudar os necessitados (André e Philip, 1980: 47).

As reflexões e as inquietações vindouras desde outrora a cerca da miséria, da persistência da pobreza, exclusão social, e inacessibilidades vivenciadas a partir da consolidação do capitalismo e das selvagens industrializações recentes trazendo uma nova miséria urbana, falta de oportunidades, desemprego em massa, desigualdade social, instabilidade e desequilíbrio social, fizeram com que originasse em torno dos debates a busca por prioridades e legitimidades humanas a serem consagradas.

Neste sentido, Bose (2012:3), nos seus estudos, salienta o teor da crescente instabilidade provocada pelas desigualdades, por sua vez desencadeada pelo persistente modelo de desenvolvimento assente no crescimento económico e na formulação de políticas sociais pouco estruturantes que por décadas bloquearam alternativas para a solução de problemas sociais de volume atualmente inquietante.

A profunda recessão/depressão do sistema fundamentalmente defeituoso e disfuncional exacerbou a desigualdade de forma generalizada, afectando cortes no investimento do bem-comum e enfraquecendo o sistema de protecção social existente. Uma grande vaga de necessidades não atendidas e o nível de vida em declínio constituem desafios que desencadearam uma nova percepção de que o sistema económico tem sido injusto e tem piorado as condições de vida das pessoas (Latouche, 2003: 93).

A emergência do empreendedorismo social é vinculada a luta contra questões sociais acirradas e persistentes demarcadas pela profunda crise económica e social que suscitou serviços de respostas dirigidas a massa com necessidades sociais. Uma realidade complexa e disfuncional que refuta (Latouche, 2003) por sua vez com novas questões sociais, que exorta um conjunto de práticas mobilizadas pela sociedade civil em nome da primazia de valores humanos, da prioridade da pessoa humana sobre o capital propulsionando o incremento do conceito e da prática do empreendedorismo social.

O empreendedorismo social é uma designação que se vem popularizando aos poucos por territórios e perante desafios económicos e sociais. No entanto, o marco histórico demonstra que é um fenómeno constatado há séculos atrás nos diferentes lugares do mundo, embora não fosse assim assinalado, salientado hoje por importantes estudos económicos e sociais (Dess, 1998).

Com efeito, Parente et al. (2011: 3) ressaltam que estudiosos assinalam o seu surgimento nas últimas décadas, concretamente por volta dos anos 90, no contexto americano no auge do florescimento do sistema capitalista de produção em que a manifestação das acentuadas disparidades sociais revelou o grande fosso da desigualdade, principalmente na distribuição da riqueza, e injustiças a par das preocupações ambientais, a falta de financiamento pelos governos, bem como novas questões da evolução e desenvolvimento mundial que desencadearam tensão na sociedade.

Ao longo destes últimos anos, o campo do empreendedorismo social se expandiu e intensificou com reflexos em inúmeros contextos, requerendo, desta feita, a adequação da sua definição e assim a necessidade da exatidão e clareza ao termo a fim de estabilizar a aplicação e as suas representações.

Contudo, relatar a origem, a afirmação e o florescimento de empreendedorismo social implica evidenciar o conceito teórico do empreendedorismo clássico/convencional, um conceito já claro e autonomamente definido.

Globalmente, o empreendedorismo tem sido retratado como um dos maiores aliados do desenvolvimento, assumindo o papel de re/construtor de novas atividades e promotor da melhoria da qualidade de vida. Para Bornstein (2007) é um fenómeno eficiente de busca das novas oportunidades, inovando-se face a disposição escassa dos recursos.

A raiz do conceito vincou-se inicialmente à ideia de negócios, isto é, assumindo riscos, criando valor, isto aliado ao crescimento económico, quando se destaca a criação do valor para depois se ver um resultado económico ou explorar o lucro (Manual de empreendedorismo social, AIRO 2012: 9).

A livre tradução designa a palavra por *entrepreneurship*, que por seu turno originou do francês *entreprendre*, cedendo a expressão *entrepreneur* utilizada pela primeira vez pelo economista francês Jean Baptiste Say, redigindo o termo a pessoa capaz de fazer gerar valor através da exploração do “fazer” ou do “criar” (Dees, 1998 citado por Silva, 2012). A pesquisa realizada por Bose (2012: 32) salienta que a origem da noção do empreendedorismo surgiu no século XVIII, tem muitos anos de história e uma vasta literatura. Na sua base histórica dispõe de um leque alargado de perspectivas, teorias e definições. Porém, é comum, da sua essência e consensual entre os seus percursores (Richard Cantillon, Adam Smith, Alfred Marshal, Jean Baptiste Say, Peter Drucker, Knigh, Joseph Shumpeter entre outros), que é um fenómeno que pode ser encontrado em pessoas, instituições e na sociedade, em diferentes formas (Bose, 2012)

Influenciado pelos antecedentes (Adam Smith, Jean Batiste Say e Joseph Alois), Schumpeter apresentou a expressão do empreendedorismo em meio a transição do mercantilismo ao capitalismo como um factor importante quanto ao capital, a terra e o trabalho.

São várias as definições dadas ao conceito de empreendedorismo, mas foi a Schumpeter, um dos mais importantes economistas do século XX, a quem foi atribuído a disseminação do conceito como propulsor do desenvolvimento económico. Ressalvou o empreendedorismo como um meio que influencia a dinâmica capitalista, que rompeu os mercados perfeitamente competitivos, e favoreceu novos espaços económicos (Dees, 1998).

Os estudos de Bose (2012) conduzem a abordagem de Say, afirmando que o empreendedor desempenhou um papel fundamental no sistema capitalista. A propagação e a consolidação da noção do empreendedorismo foi firmada e norteadada assim a sua relação directa com o desenvolvimento económico, aquando o contexto da reestruturação produtiva, incitou francamente a formação da vaga de independência face aos empregos formais. (Dees, 2001). Silva (2012) realça o empreendedorismo como um processo dinâmico que envolve combinação e concepção, que se consistiu na reorganização de elementos com vista a criação de possibilidades. Que combina os fundamentos da habilidade, a inovação como uma das partes intrínsecas, tendo um papel essencial na dinâmica do crescimento da economia.

Atualmente o olhar dado ao fenómeno do empreendedorismo é notório, isto é, as atividades empreendedoras como principais vias ou canais para expansão e novas conquistas.

O empreendedorismo não envolve apenas o conceito de negócio ou a agregação ao mercado, ao tempo, as circunstâncias e a predisposição das ações, mas também as oportunidades e a visão do futuro que, por sua vez, incorporaram estudos profundos e determinantes na sua estrutura conceptual, servindo como essenciais na sua enfatização mundial e ideal na promoção do desenvolvimento (Oliveira, 2013).

Fillion (s. a.) na sua abordagem, enfatizou a relevância do empreendedorismo frisando que o desenvolvimento da carreira empreendedora ganhar-se-ia novos significados e contornos sob várias esferas incluindo auto-emprego, negócios de famílias, empreendedorismo ecológico, empreendedorismo de grupo e empreendedorismo social.

É considerado uma das principais vias promitentes com vista ao desenvolvimento da economia, sob o prisma da melhoria das condições de vida e do bem-estar. A partir da

capacidade de moldar reflexões ou racionalização de ideias que permitem implementar procedimentos desencadeados a partir de ações.

Portanto, a busca por diferentes resultados a partir de práticas e propostas sustentáveis remodelando a estrutura social deram destaque ao conceito de empreendedorismo pelo empreendedorismo social.

Neste âmbito incorporou-se o perfil do empreendedor como aquele que promove o empreendedorismo, que faz acontecer, atuando e transformando efetivamente e, mais do que aquele capaz de fazer acontecer, atuando e transformando, aquele que cria valor social e é ancorado como empreendedor social (Bornstein, 2007).

Contudo, as técnicas e as competências e os projectos resultantes do envolvimento social, voltadas para a criação do valor social caracterizam o empreendedorismo social.

A difusão do empreendedorismo emerge como uma das grandes respostas frente ao cenário de desequilíbrio social. A intensificação das suas pesquisas afirma-se e dissemina-se concretamente em 2006, com a atribuição do Premio Nobel da Paz ao fundador do Grameen Bank¹, o professor Muhammad Yunus que com a criação de micro-iniciativas gerou uma resposta inovadora para atenuar as condições da pobreza e da exclusão social aos pobres no Bangladesh (Donadone, 2013).

A acumulação do capital, a competitividade, o aumento da produtividade e a intensificação dos progressos da globalização não trouxeram benefícios heterogêneos e descortinaram a vasta gama dos problemas sociais existentes, a ineficiência das ações do Estado e a incapacidade dos mercados em dar respostas a necessidades sociais diversas. (Stiglitz, 2013).

Com isso, arrancou em torno da promoção do desenvolvimento social discussões a vários níveis ressaltando a articulação indispensável dos indicadores que permitem usufruir de benefícios a todos. Referenciando imperativamente a dinâmica das linhas de ação que priorizem o desenvolvimento sustentável, a erradicação da miséria, a redução das desigualdades, a coesão social e partilha do entendimento da busca de

¹ GRAMMEEM BANK é um banco criado em Bangladesh, que presta serviços financeiros, sobretudo crédito aos pobres, em especial às mulheres. Foi fundado em 1976, pelo professor Muhammad Yunus e significa banco rural em português. (Yunus, 2011)

oportunidades para todos traçando assim o esboço do fenómeno de empreendedorismo social.

Bose (2012: 36-37) comunga da ideia de que o empreendedorismo social vem-se organizando frente as lógicas do mercado prosseguindo com finalidades sociais e com a criação do valor social. Ao incorporar um elevado potencial de inovação e uma dinâmica afirmativa na intervenção social, na criação de oportunidades de emprego para todos, geração de rendimento, criação e estímulo de capital social.

Os empreendimentos sociais e as práticas sociais têm ganhado visibilidade face às persistentes assimetrias do Século XXI, que enfatizam e concretizam desde os direitos básicos da cidadania a ampliação das liberdades. A cada dia ganham força em contraposição a supremacia do acirramento da pobreza e da exclusão social em detrimento do crescimento económico desigual como proposta central da incorporação da legitimidade dos direitos humanos. E a difusão da noção do empreendedorismo social é atribuída ao fundador e actual presidente da Ashoka², Bill Drayton, que chama atenção para a transformação social segundo ações inovadoras reconhecendo iniciativas do fenómeno (Parente et al. 2011)

O empreendedorismo social incorpora na linha das inovações sociais uma resposta pertinente da revisão dos direitos fundamentais com vista ao desenvolvimento das comunidades, famílias e grupos excluídos e maltratados pelas diversas privações.

A visão de Bose (2012) reforçada por Donadone (2013) destaca que o empreendedorismo social surge como uma nova forma de ver o empreendedorismo. Foi esmiuçado a partir de movimentos socialmente empreendedores e segundo diversas iniciativas que vêm contribuindo para a sua evolução.

E o empreendedor social firma-se orientado indispensavelmente sob o foco da mudança social. Atua em torno da causa comum desenvolvendo ações inovadoras, identificando oportunidades e com vista a obtenção de resultados efetivos.

² ASHOKA é uma organização mundial sem fins lucrativos, pioneira no campo do empreendedorismo social e da inovação social. Foi criado em 1980 pelo norte-americano Bill Drayton e actualmente esta presente em mais de 60 países prestando apoio ao trabalho dos empreendedores sociais na disseminação de ações e espaços teóricos das iniciativas. (Disponível em <https://www.ashoka.org/en> acesso a 29/10/2019)

Tais características demonstram ser central no quotidiano do empreendedorismo social e vêm sendo paulatinamente consensual no meio académico, com destaque na criação do valor social de forma sustentada ao invés da criação do lucro.

Singer (2002) define os empreendedores sociais como pessoas que podem estar munidas de traços múltiplos e combinam atitudes, riscos e persistência perante problemas sociais de forma criativa, inovadora e dinâmica com vista a solucioná-los.

Assim como os empreendimentos sociais, os seus empreendedores existem há muito tempo, ainda que não fossem assim apelidados, e hoje abrem espaços a contornos visíveis de reconhecimento pela busca crescente de eficácia no sector social e nas instituições sem fins lucrativos. Discorrem-se muitos os exemplos pioneiros dos empreendedores sociais que inspiraram o mundo, trilharam caminhos, apostaram em ideias e criaram oportunidades em diferentes contextos disseminando por diferentes territórios.

A figura do empreendedor social consiste em detetar oportunidade, envolver em iniciativa, criatividade e pro-atividade só ou em conjunto, transformando oportunidade em criação de valor. Podendo possuir conhecimentos, ele enfrenta incertezas, riscos e desafios e cria resultado social. (Guia Prático do Empreendedor, AIRO 2012).

Dispõe de um perfil próprio, distinto dos empreendedores clássicos/tradicionais, age independentemente da disposição de recursos e persistentemente consegue projetar e definir caminhos para produzir impacto social benéfico. O diferencial do empreendedor social encontra-se na busca pela justiça social, tentando ultrapassar as fragilidades e o mal-estar, respondendo às necessidades e resgatando a dignidade humana.

Em diferentes áreas de atuação, desde a saúde, a educação, a cultura, o ambiente e as artes, os empreendedores sociais operam com compromisso veiculados a visão social com práticas sustentáveis, inovadoras e demais responsabilidades acrescidas em territórios e comunidades (Dess, 1998).

1.1.2. Empreendedorismo Social: Conceções e Críticas

O conceito de empreendedorismo social tem gerado polémicas e contestações em distintos meios de abrangência e perante os seus analistas e estudiosos. A sua

popularização urge instigando uma maior e melhor compreensão entre a teoria e a prática e como se distingue como um subtipo ou não do empreendedorismo.

Outrossim, o conceito tem percorrido um notável caminho demarcando-se pelos seus efeitos na sociedade, ganhando forma, embora, por outro lado, exista ainda imprecisões e controvérsias a nível contextual perante a complexa indefinição conceptual, o que lhe concede vários desafios na construção do seu marco teórico.

Na verdade, como frisa Dess (1998), o marco teórico do empreendedorismo social se encontra em construção, bem como a relação macro e micro. Como uma prática social, o seu reconhecimento a nível académico tem sido intenso e um fator crucial à recongnição da designação de entre sua “*longa história*”. Na ótica dos governos o consenso relativamente ao seu campo tem denotado e agregado conhecimentos a medida que produz mecanismos sobre a economia, a política, as famílias e a sociedade.

Diversas instituições internacionais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, têm adoptado o empreendedorismo social nas suas propostas da promoção do desenvolvimento e destacado a sua importância nas comunidades pobres, no seio da franja vulnerável, como medida de reforço a nível de desenvolvimento económico e social (Hespanha et al., 2009). Gregory Dess, um dos seus autores de renome, propõe e faz difundir uma das definições mais emblemáticas do conceito do empreendedorismo social baseada na tradição de Say, isto é, em que a apropriação privada do lucro como principal objectivo no empreendedorismo capitalista é substituída pela missão no sector social (Dess, 2001).

Neste sentido, o empreendedorismo social consegue preencher a lacuna deixada pelo empreendedorismo tradicional em que o domínio capitalista é transferido para o domínio social, concedendo uma nova ordem, centrando em novas oportunidades, na eficácia, na sustentabilidade, além dos recursos disponíveis tendo em conta a solidariedade.

Segundo Miller e Collier (2010), o empreendedorismo social tem as suas referências na Grécia antiga, todavia, enraizada na economia social, encarrega-se de prefigurar uma nova Era à sociedade, mudando o cenário do bem-estar social e a deficiência a nível da

coesão social configurados pelas crises económicas e pelo surgimento de novas formas da pobreza e exclusão social.

Ora, alcançou importância macroeconómica a partir de grupos informais na África, Europa, e nos Estados Unidos, dado o esgotamento dos modelos de desenvolvimento sustentável ineficazes e uma nova questão social preponderante (Bose, 2012).

Várias instituições arriscam definições ao conceito, como a Ashoka, que realça que o empreendedorismo social exprime-se num conjunto de atividades que instigam a mudança da sociedade, isto é, melhorando o sistema, inventando novas abordagens e criando soluções capazes de causar melhorias a sociedade (Ashoka, 2011)

Parente et al. (2013) partilham do entendimento de que o fenómeno está associado a um conjunto de ideias que identificam oportunidades e aproveitam de recursos como forma de dar respostas a existência de necessidades sociais não atendidas pelo Estado ou pelo mercado.

São ações que transfiguram os empreendimentos sociais que utilizam as técnicas da gestão, criatividade, inovação, sustentabilidade com propósito de maximizar o capital social. Caracteriza-se por diversos formatos, e está imune de fronteiras, na medida em que conseguem aliar atores, ações, desempenhos e resultados independentemente do espaço.

A essência do empreendedorismo social reside na nova forma de reprodução socioeconómica que sintoniza as mais ilustres liberdades do homem, consolidadas segundo fatores básicos que se fundamentam no desenvolvimento, colocando no topo as vivas relações humanas.

Bornstein (2007) entende que o fenómeno preconiza o progresso social, incluindo componentes da inovação transformadora, da sustentabilidade e pautando pela correcção das desigualdades social, reforçando a coesão social e restituindo a justiça social.

Assim sendo, denota-se que o empreendedorismo social se traduz em iniciativas que visam mobilizar potencialidades, através da inovação, da gestão renovada, orientada pela ação colectiva a partir da lógica da solidariedade, da reciprocidade e co-

responsabilidade, do laço social e da dinâmica de demais ativos sociais que compõem ou moldam os valores e os interesses dos grupos, criando valor social.

Bose (2012) reforça definindo que o empreendedorismo social incorpora o processo de transformação marcadamente social sustentando por uma dinâmica inovadora de ações ancoradas e apresentadas pela configuração de um empreendedor social.

Todavia, a falta de entendimento da sua realidade e a pluralidade de ideias com que o conceito se depara remete-nos a pensamentos contraditórios enfatizados por Ésther (2014), que descreve a tensão provocada pela média relativamente ao fenómeno em que é apontado como uma enorme solução para uma série de problemas outrora dissipados.

Considera-se que se procede sob o prisma da mobilidade das capacidades para o enfrentamento da pobreza e demais carências sociais baseados em modos eficazes da mobilização de recursos e oportunidades. Porém, não existe um modelo a ser seguido, que estaria associado a eficácia dos resultados, podendo haver desvios a vários níveis comprometendo o teor entre as narrativas e as práticas efectivas.

Na mesma linha de discussão, Jonhson (2000) citado por Bose (2012), coloca o fenómeno como uma ilusão, ou seja, algo pouco inexequível e não propriamente uma alternativa para a resolução das mazelas sociais ou para a grande e expectante transformação. Um fenómeno com múltiplos sentidos atribuídos, resultantes, por um lado, de posicionamentos ideológicos diferentes e, por outro, da grande diversidade de contextos e de públicos a quem a sua atividade se dirige.

Vários entendimentos e análises ressaltadas acerca do empreendedorismo social são receosos e descrentes relativamente aos projectos intrínsecos e/ou as iniciativas a elas articuladas, tendo em conta a frustrada mobilização e interacção que várias comunidades sociais têm provado. Como salientam Alves e Netto (2012), muitas das vezes, não há conhecimento das capacidades existentes, há a dispersão do capital humano, escassas formas de identificação de oportunidades e das ações conjuntas.

Acresce ainda estudos ao perfil dos empreendedores sociais, retratando acerca da personalidade dos mesmos como contraditórios e a despeito de que até que ponto são capazes de criar oportunidades, “criar contextos” e evidenciar resultados. Pois, os empreendedores sociais não merecem ser supervalorizados ou elevados como os grandes aventureiros incomuns.

Ao conceber a estes empreendedores tais capacidades estariam questionadas ou subestimadas, visto que necessitam de alcançar mudanças e impactos em larga escala e de forma suficientemente rápida ao ponto de fazerem frente aos desafios que ameaçam o mundo.

Adam Smith (1999), na sua abordagem, defende que não há humanidade quando se buscam vantagens, isto é, ainda que não se falam das necessidades, retratando de interesses, fala-se de egoísmo e não das necessidades, mas sim vantagens. Isto referindo-se que muitos destes salientes dinamizadores entre as missões fundamentais procuram sobretudo o reforço da performance, e/ou a aquisição de novas competências, a realização e o mérito pessoal pois a busca por resultados comerciais pode gerar metas sociais ainda que involuntariamente. Não obstante, Dolabela (2006) refere que os empreendedores sociais respondem ao apelo mediático evocado pela forte imagem e representação de que tem frente a conjuntura global. Por sua vez, Fisher (2011) citado por Bose (2012: 36) acrescenta aos entendimentos ressaltando que os empreendedores sociais não são de que novos arquitectos de um mundo utópico idealizado. Que na verdade que o empreendedorismo social trata-se de um conceito mobilizado para corrigir as desigualdades e inventar protecções susceptíveis de limitar os efeitos enfáticos e perturbadores gerados pelo mercado.

Por outro lado, a grande notoriedade do tema e a exposição do conceito deve-se apenas a aplicação em estudos difusos no desempenho das instituições sociais para explicar melhorias das taxas de violência retratado em comunidades com características socioeconómicas fragilizadas e grupos desfavorecidos, ou em outras análises realizadas em relação ao acesso aos postos de trabalhos, condições face as oportunidades entre outras condições demográficas e socioeconómicas.

No entanto, conforme Fillion (s.a.), os empreendedores sociais são aqueles que possuem a capacidade da análise da imaginação e são “definidores de contextos”. O autor preconiza a influência do círculo das relações quando relata que a maioria dos empreendedores se tornará empreendedores devido “à influência do seu círculo de relações e adquirem uma cultura empreendedora pela prática, influenciados pela família e pelos seus amigos”.

Faz referência a reciprocidade, a cooperação, a interacção entre os indivíduos e reconhece a conexão que os empreendedores sociais mantêm com a comunidade e a sua

cultura influenciada pelas relações sociais em que o fenómeno produz e desperta por sua vez a a ação colectiva acaba por ampliar trazendo oportunidades e repondo o leque das liberdades e direitos.

Ora, Drucker (1987) sublinha que, ainda que a temática desperte muito interesse, pressupõe a combinação de várias dimensões intrínsecas ao social, o uso de várias ferramentas e uma visão que comporta um elevado potencial de inovação na intervenção social, daí a complexidade na identificação das ações empreendedoras.

A proposta de Castells, (2010) citado por Bose (2012: 39) é acirrada quando o considera como indefinida conceptualmente e vazia em termos de significado tendo em conta o seu carácter recente, apesar da voga que tem tido. Entende também que é caracterizada por iniciativas muito vagas, mistas, com campos organizacionais muito vastos e um entendimento escuro da sua realidade.

Neste sentido, Parente (2014), em seus estudos, demonstra em entrevistas proferidas a organizações do campo social, a ideia do empreendedorismo social ser um “paradigma orientado para o futuro, acusando a referência a “velhos paradigmas” de filantropia para definir a ruptura com a categoria das organizações não empreendedoras.

Entretanto, contrapondo Dess (1998), advoga que as características concentram-se em torno da complexidade de que o conceito advém, e destaca as necessidades geradas das grandes transformações mundiais e neste sentido o empreendedorismo social surge da racionalidade frente a realidade social o que lhe torna alvo de discussões nos diferentes meios.

A visão de Fillion (s.a.) citado por Bose (2012) frisa a cinzenta transfiguração do conceito e a falta de consenso em que o empreendedorismo em si comporta nas diferentes áreas do saber tal qual o empreendedorismo social que, por sua vez, sujeita-se a múltiplas propostas, discrepâncias, releituras e descrições.

No ambiente académico e nas Ciências Sociais, a temática tem tido um elevado impulso, mas a definição e a efetivação tem sido uma problemática notável e, de acordo com a contribuição de Alves e Netto (2012), pode ser definida sob diversas ópticas e aos empreendedores sociais apresenta-se como uma demanda progressiva.

As escolas de investigação do empreendedorismo social mais citadas e que incitaram o aumento no interesse aos estudos do tema definem as suas perspetivas, distinguem e moldam as suas análises e conceptualização acerca do fenómeno as quais a seguir apresentam-se as mais destacadas numa breve síntese: a Escola Europeia, a Norte-americana e a Escola Asiática

A Escola Europeia fortemente enraizada na economia social reporta empreendimentos colectivos, cooperativas e associações, reforçado pela mobilização, participação ativa dos beneficiários na potencialização a mudança do padrão de vida e propiciação do impacto social. No entanto, esta visão carece de alguma concertação entre os efeitos financeiros e sociais. (Defourny 2001, citado por Parente et al. 2011: 7).

Em contrapartida, a Escola Norte-americana configura a sua perspectiva voltada para o empreendedor como o actor social e económico com qualidades intrínsecas. Pessoas com performances capazes de promover a mudança social. Com intercessões entre o mercado, estado e a sociedade, com habilidades no negócio que tem em vista a missão social. (Bose, 2012)

Esta vertente busca conciliar os mecanismos já existentes, isto é, as variáveis do mercado para a obtenção de resultados sociais enfatizando mecanismos de responsabilidade social, ampliação das oportunidades e ações da intervenção social. As suas ambiguidades residem na compatibilidade ou não, entre corporação capitalista tradicional e os valores sociais e ambientais das iniciativas ou dos empreendimentos sociais.

E a Escola Asiática exalta os benefícios sociais sejam eles resultados do sector lucrativo por grupos organizados ou segmentos fragilizados. Prioriza o combate a pobreza e o efeito social positivo e sustentável.

Singer (2003) aponta as extraordinárias organizações associadas ao empreendedorismo social que estende a vários campos de actividades, destacando áreas que integram: a educação; inclusão digital e alfabetização; *design* e artes criativas, reciclagem e as energias alternativas; habitação a custo reduzido; água e nutrição comunitária; preservação do ambiente, direitos humanos e diversidade cultural e entre outros, englobando sob diversas formas desde, cooperativas de produção, de serviços, de

crédito e de consumo, a associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e organizações populares, no campo e na cidade.

Trata-se de um cerne do desenvolvimento em que as formas do desenvolvimento não se movem para a acumulação capitalista, mas sim baseada na solidariedade, sobrevivência, e distribuição equitativa de riquezas.

Porém, muitas percepções evidenciam as dificuldades em definir e identificar os empreendimentos sociais, as empresas sociais ou ainda as iniciativas de empreendedorismo social, visto que vem gerando problemas de várias ordens desde a prática a metodológica entre origens, geografias, até a apropriação e a aplicação do conceito. Além da dinâmica confusa da sua fronteira, a mistura em que sujeita e que se encontra associada dissolvendo a sua essência, dá-se conta de outras designações desenvolvidas que apreendem o mesmo tipo de fenómeno.

Contudo Dess (1998, 2001) ressalva que constituem forças transformadoras que originam e multiplicam o impacto social positivo apesar dos riscos estarem sempre associados ao processo da emergência de novas soluções.

Outra perspectiva legítima associada a ideia de empreendedorismo social é o seu reconhecimento a nível do campo onde se pode constatar a real compreensão do seu processo e o seu impacto na atomização de soluções na luta contra a pobreza, no alívio do sofrimento com vista a um futuro melhor. (Singer, 2002).

A experiência de Bornstein (2007) frisa que o empreendedorismo social tanto ao conceito como a prática constitui o broto da transformação em formato de um projecto individual ou estrutura colectiva frente ao cenário paradoxal das desigualdades e urge perante a vontade de mudar a realidade causada pelos efeitos e mazelas das grandes revoluções mundiais principalmente dos grupos excluídos

A ideia do empreendedorismo social é encontrada ao longo da história da humanidade, outrora traduzidas nas ações da caridade e, ora representa ações passíveis de criar mudanças de uma forma sistémica e com impacto duradouro e independente da multiplicidade de abordagens em que são aplicadas pauteiam resolver os problemas sociais (Dess, 1998).

Mas Oliveira (2004) esclarece que a mensagem central reside nas características comuns em que também residem consensos norteadas principalmente pela ação inovadora, voltada para o campo social cuja ideia urge como alternativa para resolução de um problema local constatado:

“um novo paradigma da intervenção social, do redesenho do processo da gestão social e das relações entre os segmentos da sociedade a partir do processo da interação, cooperação, e capital social com o enfoque nas pessoas e na situação de risco podendo gerar mudanças”.
(Oliveira, 2004: 16).

Outros aspectos importantes levados em consideração e são unânimes entre vários autores são as dimensões caracterizadoras e se encontram inter-relacionadas dos quais: resposta as necessidades sociais, desenvolvimento local, social e territorial, sustentabilidade e gestão inovadora e criação de valor social.

Outrossim, como refere Parente et al. (s.a) o seu sentido assenta-se nos efeitos relacionais e mútuos presentes na resolução dos problemas que se encontram na base da estrutura social que beneficiam indivíduos concretos, servindo de canal para inserção e reinserção, emprego, rendimento, moderação da situação da pobreza extrema, consideradas como dimensões também caracterizadoras da sua essência ou elementos comuns que visam o seu entendimento.

Sob o ponto de vista central quanto ao seu sentido institui-se como resgate da cidadania, ou seja, a ampliação das liberdades substantivas, aumento do capital social, autonomia das comunidades pautado pelo desenvolvimento de todo o seu potencial.

Yunus (2011) faz uma leitura otimista acerca do seu impacto e esclarece por sua vez que o empreendedorismo social independentemente do território contextual incorpora uma “nova prática social” que se tem revelado como um novo segmento possível de desenvolvimento sustentável e distribuição equilibrada de riquezas.

Parente et al. (2011: 11) acrescenta que constitui uma estratégia de ação dinâmica em torno do reposicionamento do social assumido por grupos, ou uma força individual, usando dos meios de disponíveis e/ou reinventa-os para planear e agir perante a realidade social e humana.

Portando, subentende-se que o empreendedorismo social compreende um conjunto de práticas capazes de garantir uma sociedade mais justa e igualitária. Emerge-se como uma abordagem inovadora de ideias criativas e eficazes para fazer face a missões sociais. Traduz-se num dos pilares de suporte ou de propostas das dimensões do desenvolvimento. Porquanto que não há um modelo a ser seguido ou uma receita a passar associa-se a “criação de formas alternativas de produção económica conciliada a participação social e da democracia activa”, no aproveitamento de recursos endógenos, identificação de oportunidades, dinâmica inovadora e com eficácia ao enfrentar os desafios existentes. (Souza 2010, Fisher 2011, citados por Bose 2012: 38).

Contudo, a extensa literatura demarcada pelo grande entusiasmo, críticas e divergências, aos caminhos as análises mais firmes e refinadas ao processo das narrativas e as práticas efectivas do empreendedorismo social, levadas a cabo por vários autores introduziram visibilidade ao termo nas várias áreas do saber dando-o um tratamento central nos seus trabalhos.

O seu *stock* tem sido repensado como um elemento chave para promover e compreender a permanência de disparidades e oportunidades no desenvolvimento das comunidades, concentrando-se nos benefícios que o individuo e/ou as comunidades recebem em virtude da dinâmica da participação da sua sociabilidade como forma de acesso a outros recursos. (Parente, 2014)

Aliás, é baseado no pressuposto de um novo patamar de desenvolvimento, que vários pesquisadores e activistas do desenvolvimento, tais como fundações e órgãos destinados à promoção das condições de vida das populações, têm tentado medir, encorajar e aumentar o *stock* do desenvolvimento nas diversas instâncias das economias, como pequenas comunidades, regiões, municípios, países, adoptando o empreendedorismo social nas suas políticas de promoção do desenvolvimento, particularmente aos segmentos com privações recorrentes. (Singer, 2003).

Bose (2012: 36) considera que o fenómeno percorre um caminho e segue uma lógica evolutiva. O sistema capitalista contemporâneo e o quotidiano neoliberal reflectem o domínio das incertezas das comunidades e das famílias. O empreendedorismo social face a este cenário busca dar forma e firmar sob cegos preceitos económicos e políticos.

E o olhar encorajador do empreendedor social dissemina-se e concebendo-se como base às rotinas burocráticas, clamando estabelecer a ponte entre o social e o económico consagrando desta forma os direitos sociais.

Este autor em seus estudos do empreendedorismo social e o desenvolvimento social na perspectiva local contempla a capacitação das comunidades promovidas pelos moldes da educação desde política a financeira a grupos, como forma de superar os problemas reais em dados territórios ou comunidades, e o conjunto de disposições que afiguram a promoção do empreendedorismo social como a criação de ações na remoção das suas privações. (Bose, 2012)

Refira-se ainda que o empreendedorismo social se assinala como o caminho viável ao seu verdadeiro impacto de “transformação social, não só social como económico, e ao nível endógeno, o exercício dos princípios de cidadania organizacional os domínios da gestão organizacional e dos modelos de liderança”, a partir de estrutura colectiva e organizacional que descarta o assistencialismo ou a dependência. (Parente et al, 2011:11)

A capitalização da acção colectiva, do capital social nas comunidades ou pelas associações a partir do envolvimento dos mesmos, no processo da idealização da melhoria das suas condições de vida orienta o presente estudo referindo o empreendedorismo social conciliado a dinâmica associativa.

A noção do empreendedorismo social assume a cada dia um carácter colectivo e uma perspectiva sociocultural de compromisso cívico em que convida a uma forma diferente nos padrões do crescimento, a uma reforma na maneira de pensar o crescimento muito além da dimensão do económico podendo conciliar todos os mecanismos para assegurar o desenvolvimento seja aliada a dimensão da organização colectiva ou a qualquer setor, público ou privado (lucrativo ou não lucrativo) não se confinando a um único setor.

O fenómeno tem sido associado a uma nova configuração económica e uma abordagem mais intensiva captada por vários países enquanto processo ou enquanto resultado, em convergência com outras abordagens como inovação social, tecnologia social, desenvolvimento sustentável, inerentes a novos modelos de intervenção e gestão.

E os empreendedores sociais diferenciam-se pela capacidade de oferecer novos serviços ancorados na missão social, resultado de uma combinação inovadora, com novos

formatos e dinâmicas organizacionais ou ainda com foco em novos mercados, perante a multiplicidade de abordagens que ativam os mecanismos de resolução dos problemas sociais e alcançam o impacto social. (Bornstein, 2007)

A evidência no que consiste a consolidação do conceito instituiu-se paulatinamente consoante os contributos clássicos e modernos dispostos, emancipando e salvaguardando as suas características e suas dimensões, assumindo mais do que retóricas e aparências, sim a compreensão profunda e viva do fenómeno e não esgotando a sua exploração, mas sim apaziguando o excesso de significados.

Saber criar, explorar, combinar e adaptar a escala local ou global face a resolução de problemas da vida real na perspectiva de abranger aspectos multidimensionais do bem-estar humano, otimizando e capitalizando a partir de respostas criativas dão forma ao empreendedorismo social que constitui uma fonte contínua para a formação de modelos sociais sustentáveis e uma sociedade mais equilibrada.

Conceitos operacionalizados a este estudo

Economia Social

Os recortes da história da economia social desvendam o novo potencial do processo do desenvolvimento económico, e a preponderância de novos valores, novas práticas e uma nova dinâmica frente ao espaço económico dominante.

A eficiência da economia capitalista produz bens e gera riquezas pautadas pela produção agressiva à natureza, preservação do subemprego, pobreza, e distribuição desigual do rendimento ressaltando assim as práticas excludentes. O estímulo a grandes prémios financeiros desconsiderando o motivo social e a indução ao lucro predominaram por vários séculos opondo aos princípios da solidariedade e ultrapassando os limites da dignidade humana. (Hespanha et al., 2009)

O conceito de economia social tem vindo a firmar-se nas últimas décadas de forma evidente ganhando referências a partir de antigas e atuais manifestações. As raízes mais remotas vinculam-se nas desadequadas falhas do mercado e ora na destacada crise contemporânea. (Stiglitz, 2010 citado por Henriques, 2007).

De acordo com Hespanha et al. (2009: 156) a economia social surgiu no contexto europeu concretamente em França, no século XIX, e a distinção do seu contexto deu-se

nas décadas de 1980 e 1990 um pouco por todo o mundo. Mas a antiguidade foi repleta de “inúmeras formas de vida associativa embora vistas na perspectiva de impulsão da desordem social. Historicamente a sua base conceptual vinculou-se ao liberalismo, ao cristianismo e ao socialismo utópico e paulatinamente na pluralidade de ideias de designo revolucionário, revestidos de vontade de alternar o ciclo do capitalismo. (Parente, 2014)

O seu valor amplo foi esquecido durante maior parte do século XX porém, renova-se atualmente assumindo um itinerário peculiar face a intensificação da globalização e como reacção as crises, do desemprego massivo, pobreza extrema, pauperização das condições de trabalho, exclusão social expressiva, miséria intensa e desigualdades sociais a vários níveis.

Segundo Gadotti (2016) a economia social traduz na manifestação do dinamismo da sociedade civil desenvolvida em torno das organizações e movimentos que experimentaram e concretizaram respostas aos desafios sociais persistentes afiguradas em cooperativismo, associativismo, fundações, e mutualidades reforçados atualmente por iniciativas académicas e políticas.

Em países como França, Bélgica, e muitos outros contextos ainda que em tons diferentes, reconfigurou precocemente em contestação a modelos de intervenção do Estado que não geraram oportunidades de trabalho e de rendimento para famílias ou grupos vulneráveis e que não criaram alternativas plausíveis de satisfação das necessidades básicas. (Parente, 2014)

Entre vários enquadramentos, diferentes análises e contextos de interacção o conceito foi demarcado em realidades complexas e heterogenias e, muitas vezes com amplas abrangências. Foi muito contestado visto que proveu definições relacionadas a outras terminologias. Tem sido exposto, aproximado e apelidado com outros termos como o terceiro setor, economia solidária, economia popular, a outra economia e entre outros.

Contudo, como salienta Kliksberg (2013) o estudo das desigualdades sociais e da pobreza ou as formas mais espontâneas da protecção ou minimização da exclusão social ou outros fatores de privação dos direitos e liberdades são por natureza transversais e o que lhes facultam grande importância, densidade e atenção em várias áreas de estudos ou de atuação.

Para Hespanha et al. (2009: 14)) a manifestação do contexto da economia social ou “outras formas de fazer economia em que se prepondera novas lógicas de intervenção, situadas no campo híbrido entre o Estado, o mercado” centra-se na organização colectiva da sociedade civil onde não há espaço para a lógica do interesse do cunho privado.

Callinicos (2001) nos seus estudos “os mitos da nova economia” partilha da ideia de que estamos no meio da maior transformação económica, tecnológica e social que o mundo já conheceu desde a revolução industrial.

A economia social incorpora o comércio justo, a cooperação, envolve a segurança no trabalho, o trabalho comunitário, o equilíbrio de género, a atenção ao ambiente, o consumo sustentável, uma visão plural da economia estendida a conjunto de atividades de produção e distribuição de serviços destinados a satisfação das necessidades humanas. (Laville, 1994, 2000 citado por Parente, 2014)

A intensidade dada ao fenómeno expressa-se sob o agrupamento diversificado das organizações no qual se encontra associada a sua génese, as representações e as práticas como cooperativas, mutualidades, e organizações que são distinguidos por um lado por suas finalidades e por outro nos seus modos de organização. (Hespanha et al. 2009)

Na mesma linha Garrido (2016) evidencia que a economia social se verte como um modelo de economia capaz de responder as mazelas sociais, sendo que se assenta em outras relações económicas, em boa articulação com as ações do Estado em virtude da dimensão relacional e humana.

A articulação contemporânea acentuada a economia social reside na integração económica, satisfação das necessidades básicas e acesso ao rendimento associada ao alargamento da possibilidade da diminuição da dependência do mercado, isto é das lógicas económicas as quais não se limitam ao lucro da economia e a autonomia face a redistribuição estatal.

Enfatizada como uma das formas “mais antigas de associações humanas”, a economia social é representada pelas empresas sociais que com a própria de gestão, autogestão, primazia nas pessoas, priorizam o trabalho sobre o capital, o bem coletivo e comum, desempenhando um papel essencial na criação de empregos e inclusão.

Ademais, outros princípios originais que propõe é de um projeto de sociedade alternativo, realçando a necessidade de compromissos sociais e institucionais que promovam a emancipação dos ideais da democracia evocando uma postura solidária frente a vida e a organização social.

Yunus (2011) frisa que os seus efeitos ganham sentido e se alargam de acordo com a sua abordagem reconhecadora dos valores do colectivo e da democracia, rentabilizado pela solidariedade, reciprocidade, gerando o capital social e o desenvolvimento.

Por um lado abonado, em termos de literatura e por outro de tensões em termos de registos, abordagens e contextos, destacam-se também como princípios das iniciativas da economia social a organização baseada no fundamento humano, entre os quais a remuneração consoante o capital, distribuição dos excedentes, e a reserva de lucros a favor da transformação social.

Em suma a disseminação da expressão da economia social potencializa-se na mudança sistémica, que persegue ativamente o desenvolvimento e/ou combinação de produtos ou serviços de cariz inovador com um impacto social alargado, particularmente com resultados de satisfação das necessidades sociais e transformação social.

1.1.3. Associativismo

As condições de vida das sociedades modernas absorvidas pela luta diária de subsistência fizeram com que os indivíduos se distanciassem do interesse coletivo. O individualismo gradual substituiu as formas mais presenciais do convívio associativo.

No entanto, nos últimos anos assistiu-se a um renovado interesse pelas questões do associativismo. A vivência associativa, os grupos, as pessoas envolvidas em relações vivas em sociedade a par de se constituir uma das formas de resolução dos problemas sociais os grupos associativos estão enraizados desde a apropriação da vida em sociedade. (Santos, 2017)

O papel saliente presentemente conferido às dinâmicas associativas sem fins lucrativos legítima e posiciona as associações, destacando o contributo fundamental da sociedade civil, englobando desde as esferas da democracia, da transformação da consciência social as outras virtudes cívicas em geral.

Para Santos (2017: 32) por via do associativismo, os indivíduos desenvolvem e estabelecem inter-relações que permitem a integração social, e a interiorização dos valores de desenvolvimento. Neste sentido, o envolvimento dos indivíduos favorece as atitudes da cooperação, da reciprocidade, da participação na tomada de decisões bem como da resolução dos problemas sociais.

A emergência e o desenvolvimento do associativismo assim como outros fenómenos sociais evoluíram ainda que a par das mudanças da sociedade pouco estáveis, porém, não se isentou da predominância de estruturas associativas como canais de participação ativa virada para as comunidades.

Segundo (Couto 2001) o associativismo é um processo de ensino-aprendizagem e de boas práticas que com os seus valores intrínsecos e mormente a vontade pressupõe a disponibilidade do espírito amplo da cooperação, solidariedade, doação e do comprometimento com o bem comum.

A afirmação da sociedade civil e das organizações associativas vem se dando como forma organizada de responder às necessidades sentidas pelos indivíduos, sejam elas de ordem material ou de ordem simbólica instigando-se como uma contribuição para a consolidação de uma sociedade mais justa, mais inclusiva e mais solidária.

De acordo com (Hespanha et al, 2009: 51) a cultura do associativismo transporta em si, os alicerces de sociabilidades quotidianas, que por sua vez, estão muito centradas em sentimentos de pertença a uma comunidade concreta na identificação à origem o que determina uma forte expressão identitária, de base étnica ou cultural.

O associativismo tem sido aos grandes programas de desenvolvimento global e territorial sendo reportado como fonte de vitalidade, desempenhando um papel importante na vida dos seus membros, encorajando relações sociais vivas e, informais ao mesmo tempo que satisfaz grande parte das necessidades sociais, culturais e económicas dos membros da região ou território. (Plataforma das ONG's de Cabo Verde, 2008).

O tecido associativo e sua eficiência tem sido reconhecido como um eficaz elo de ligação ao desenvolvimento na eficácia da intervenção e até como bases de emergência a respostas locais ou territoriais. Desde a antiguidade assim como perante os novos tempos e novos desafios a proximidade e a ajuda-mútua vêm fazendo parte do processo

de reeducação e muitas das vezes como protagonistas do combate ao analfabetismo, pobreza e exclusão social e dinamização principalmente o emprego.

As bases assentes no associativismo fazem com que elas sejam reconhecidas e nomeadas como promotoras fulcrais de desenvolvimento local, territorial sustentável.

1.1.4. Desenvolvimento local

O termo desenvolvimento tem integrado diversas indagações e distintas lutas milenares da humanidade. Actualmente, face as enormes mudanças estruturais de que tem sido causa ou consequência encontra-se presente indispensavelmente, na configuração da oferta, da procura, na integração, na reforma, na estabilidade enfim, traduzido em todas as áreas e contextos evolutivos. Acompanha em larga maioria os planos de produtividade, diversas bases de investimentos, e custos e investimentos para atenuar o dilema das desigualdades.

O desenvolvimento é um conceito que segundo Veríssimo (2010: 45) tem gerado grandes polémicas e controvérsias, ao mesmo tempo que se populariza e se destaca nos programas e instituições internacionais e governos locais. Foi por muito tempo considerado sinónimo de crescimento, isto, num sentido sobretudo economicista, onde se relacionava quase que exclusivamente ao fenómeno da dinamização do crescimento económico.

O passar dos anos, e uma visão mais alargada, propriamente ao desenvolvimento humano³, acreditou-se que apenas o crescimento económico por si só não gera desenvolvimento. Ou seja, não basta crescer economicamente, aumentando o produto interno bruto (PIB) ou a renda *per capita* da população, para que os outros factores surjam naturalmente como decorrência.

Os desafios do desenvolvimento obrigaram à procura de soluções apropriadas e estratégias aplicáveis. E conforme argumenta Singer (2002) os desafios do desenvolvimento envolvem debates crescentemente importantes em que, os principais novos argumentos que permeiam as discussões nesta área, são que as estratégias

³ Desenvolvimento Humano é um processo de alargamento de escolhas da pessoa humana, podendo “essencialmente ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento e ter acesso aos recursos necessários para um padrão de vida decente” (Plataforma das ONG’s, 2008: 39).

convencionais de crescimento económico, baseadas em projectos industriais e de infraestrutura de grande escala, usualmente financiados com ajuda externa ou mesmo de recursos locais privados ou públicos, não produzem desenvolvimento sustentável a longo prazo.

A par desta linha de estudos, pode-se realçar que a abordagem do desenvolvimento está vinculada, à partida, a um processo de mudança social, que depende de uma noção sobretudo de perfil qualitativo. Uma dinâmica das transformações complexas definidas numa estrutura social, em paralelo a toda uma expansão e utilização de todas as capacidades da personalidade humana, não apenas ao desenvolvimento cego ou a um simples avanço, mas aos aspectos sociais da vida humana. Pois, deve reflectir directamente nas condições de produção, numa visão social e harmoniosa sem exploração, cuja meta essencial deve ser a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência como por exemplo a alimentação, a saúde, a habitação, a educação e o trabalho. (OIT, 2012)

As proposições do desenvolvimento baseadas na mudança estrutural pautadas pelo crescimento económico como o seu legítimo propulsor, conseguidas a partir da acumulação do capital e do privilégio do produto interno bruto (PIB) e conseqüente bem-estar da população bloquearam por vários anos as linhas de desenvolvimento e fustigaram a eficiência das bases sociais. (Klikberg, 2013)

O relato feito por (Veríssimo, 2010) demonstra que o desenvolvimento é um conceito “normativo que traduz uma determinada concepção desejável” de mudança social ou histórico em dada formação social referenciado pelo tempo e espaço. (Plataforma das ONG’s de Cabo Verde, s.a.)

Subsidiando do debate teórico de Sen (2009) na sua profunda leitura da ideia de justiça referido pelo mesmo autor partilham da ideia de que o desenvolvimento deve ser pensado além da acumulação de riqueza e aumento do PIB, estando assim relacionado essencialmente à “melhoria de vida que levamos e das liberdades que desfrutamos”.

Além da incerteza económica, o termo consta na lista dos demais novos desafios de natureza ética, epidemiológica, e ambiental, produzindo noções ou ramificações como o desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento económico, desenvolvimento social entre outros que por seu turno têm permitido agregar novas

abordagens ao próprio conceito, isto é, na tentativa de criar novos modos de pensar a realidade perante a complexidade.

Para Wanderley (1993: 78) diante do cenário recriado houve a necessidade de se projetar uma nova forma de fazer o desenvolvimento, isto é, um instrumento de incorporação da população, em que cada um dos sujeitos constitui actores reflexivos e activos, capazes de se organizar e de se integrar, participando no processo do autodesenvolvimento.

Hespanha et al (2009: 109) chama de desenvolvimento local um conjunto de mudanças comunitárias, locais ou territoriais promovidas pelas próprias comunidades, traduzidas pelo envolvimento, aspirações, participação e uma articulação de atitudes e valores em prol da dinamização e concretização de soluções para a resolução dos problemas.

Um formato de desenvolvimento vincado essencialmente na ação coletiva e primada por uma lógica de trabalho conjunta, demandando o impacto em toda a comunidade, com uma diversidade de caminhos, processos e resultados. Afinal, como relata Wanderley (1993) o local ou o territorial é onde acontece a esfera da reprodução democrática de cada sujeito no aprofundamento da segregação.

Todavia, o seu significado abrange mais do que simplesmente um espaço, mas sim uma forma de viver, no qual no dia-a-dia se intensificam ou não as relações, as interações, os interesses e mesmos os conflitos. Trata-se de:

“um processo de mudança social que tem em vista, o aumento do bem-estar das populações e a satisfação das suas necessidades fundamentais, com base nas suas capacidades, e segundo uma dinâmica participativa, envolvendo uma perspectiva integrada de acções de actores e organizações locais.” (Duarte et al, 2007: 64)

Portanto, pensar o desenvolvimento local é subentender o predomínio de motivações, do envolvimento e da identificação e participação nos programas e projectos de pessoas suficientemente bem organizadas, educadas como mecanismos de dinamização das potencialidades na busca de minimização das aflições principalmente ao nível do afrontamento das consequências da pobreza, e da exclusão.

1.2. Empreendedorismo social e desenvolvimento local

1.2.1 O empreendedorismo social e a promoção do associativismo

O enfoque ao empreendedorismo social, na busca pelas oportunidades iguais, e pelo acesso aos bens essenciais oferece um amplo potencial para uma abordagem ao nível empírico, em prol da propiciação da inclusão social, isto enriquecendo as ferramentas dos distintos actores sociais que estão inseridos nos organismos promotores do desenvolvimento.

Neste sentido, a busca pelas soluções exige novos padrões de relações humanas e um perfil de liderança distinto e motivador. “O que implica outros processos de tomada de decisão que confiam em um fluxo de comunicações de mão dupla”, habilitando as pessoas de todos os sectores sociais a receberem informações e participarem de acções conjuntas. (Plataforma das ONG’s de Cabo Verde, 2008).

O debate teórico reforçado por Singer (2003) acerca da economia solidária demonstra que o empreendedorismo social por sua vez se pode se concentrar no reconhecimento das lógicas da economia comunitária, onde prevalecem princípios de reciprocidade e a valorização de lógicas e recursos não monetários como a solidariedade e a ajuda mútua. Assim como se preconizam os principais princípios do associativismo ou na criação das associações sem fins lucrativos.

E Wanderley (1993) frisa que o associativismo se encontra baseado na liberdade e igualdade entre os seus membros, e funde-se sob a ideia da acção comum, empreendida local e colectivamente para o enfrentamento dos problemas concretos ligados à vida dos seus associados e respectivas comunidades.

A experiência das acções do associativismo está fortemente baseada nos vínculos comunitários, que ataca a resolução de problemas concretos ligados as condições de vida das pessoas no contexto das comunidades e regiões respectivas. Esta linha de pensamento remete-nos a mensagem de Santos (2017) retratando que as acções que dependem primariamente da acção colectiva, do envolvimento e da identificação e participação nos programas e projectos de pessoas suficientemente bem organizadas educadas e motivadas, componentes outrossim intrínsecas ao empreendedorismo social.

De fato, a profundidade e abrangência conforme se descreve a dinâmica do empreendedorismo social, constitui um pleno elo de ligação ao associativismo principalmente no que tange a atingir o objectivo básico que é o de chegar até as pessoas, as comunidades, com o imperativo de mobiliza-las como instrumento de redução da pobreza e incrementar o desenvolvimento.

As dimensões essenciais presentes no associativismo podem acompanhar o empreendedorismo social, proporcionadas por atuações em grupo, individual ou combinada a dinâmica comunitária. Dispõem de elementos tanto quanto comuns e complementares combinando-se mutuamente. Se por um lado o associativismo ativa os agentes de resposta, o empreendedorismo social pode otimizar a concretização das medidas colocando-se como uma estratégia para ampliar as perspectivas de desenvolvimento.

Nesta linha de análise enfatiza-se a proposta de Dess (1988) retratando a atuação do empreendedor social materializada na resolução dos problemas sociais das comunidades que pretendem servir. Ademais o processo da criação do valor social resultado do empreendedorismo social deriva-se da aplicação um conjunto de atividades disponibilizados ou realizados enquanto veículos de produção dos resultados preconizados.

Portanto, o empreendedorismo social pode contribuir para a fortalecimento do associativismo, configurando-a num setor capaz de propiciar um ambiente favorável à ampliação das liberdades substantivas, ao desenvolvimento. Esse encorajamento traduz-se orientado pelos princípios de sustentabilidade socioeconómica e inclusiva dos indivíduos e famílias.

Santos (2017) referencia qua as associações sem fins lucrativos, de base comunitária ou de desenvolvimento representam-se como um meio privilegiado de interação, isto é, como espaço que se caracteriza pela inserção legítima das iniciativas sociais ou das práticas do empreendedorismo social na medida em que produzem dinâmicas locais e territoriais. Elas possuem conexões sociais, económicas e até políticas nas comunidades locais que influenciam o processo muito positivo das práticas socialmente empreendedoras.

A percepção das associações que desenvolvem o empreendedorismo social de acordo com vários estudos em diferentes contextos é unânime relativamente aos seus efeitos e predomina-se como proposta de propiciação do acesso às oportunidades as pessoas. A concepção de Parente (2014) reforça referenciando que o empreendedorismo social é uma nova forma de pensar o padrão do desenvolvimento e auscultar a maneira de pensar as comunidades locais e desta forma propulsar um caminho sustentável para o futuro.

Em pano de fundo, capacitar e empoderar alicerçam-se como os princípios ativos tanto dessas iniciativas como dessas associações tendo como mecanismos também ativos e potenciadores da cooperação e do desenvolvimento local das comunidades. A agregação de uma forma de desenvolvimento resultado do processo de mudança comunitária que nascendo de problemas leva ao envolvimento de todos para a solução dos mesmos.

Pelo que não seria abusivo frisar a plena articulação do empreendedorismo social na afirmação do associativismo e aquando coexistirem ressalva-se como complementares com vista a uma intervenção estratégica e eficaz na melhoria das condições de vida das comunidades, na relação directa entre as mesmas e, não o conservando como objecto de esmolas ou simples beneficiário. Pois, antes de tudo, cada vez mais invoca-se que é preciso conseguir que o pobre ou vulnerável se faça sujeito da sua própria história, sabendo ler criticamente sua condição social.

1.2.2 O papel do associativismo na impulsão do desenvolvimento local

A solidariedade, a cooperação, a ação colectiva, enfim o associativismo, destinado a dinâmica e melhorias do tecido social foram por muito tempo ignorados e totalmente desassociadas do processo de desenvolvimento, o que resultou numa reprodução contínua das desigualdades e da pobreza na maior parte da população mundial.

Segundo Costa (2007), as manifestações dinâmicas face a viragem das estratégias convencionais vincadas em prol da minimização das mazelas sociais e a fim de evidenciar o desenvolvimento social e económico constituem lutas principalmente da sociedade civil. Os fenómenos concretamente como o cooperativismo e o associativismo têm sido considerados como pilares da promoção e consolidação de uma sociedade mais justa, mais inclusiva e mais solidária. (Plataforma das ONG's de Cabo Verde, 2008: 69)

A estratégia de desenvolvimento seguida e difundida pelos programas e propostas de luta contra a pobreza e desemprego emanados aos objetivos que sejam capazes e hábeis fixados pelos organismos executores, assenta sobretudo numa abordagem participativa e de envolvimento, organizada em torno do propósito de que a melhor forma de lutar contra a pobreza é dar às populações o poder de decisão, quanto à maneira de se precaverem dessa situação. (Veríssimo, 2010: 14).

Na verdade, o apoio das organizações não-governamentais, às associações de desenvolvimento local ou comunitárias têm-se afirmado como uma das fórmulas ideais de combate à pobreza e exclusão social em vários territórios e comunidades e na promoção do desenvolvimento, já que as suas acções se caracterizam pela promoção de projectos geradores de rendimentos e autoemprego promovendo a eficiência produtiva, transformando ativos e gerando renda e mudança do padrão de vida.

As ações implementadas por essas organizações têm-se revelado como um instrumento importante de combate do ponto de vista redução da pobreza extrema e, por conseguinte, de desenvolvimento local e, é sobretudo ao nível de afrontamento das mazelas da crise, que então se repositionam as associações, clamando por dinâmicas de desenvolvimento equilibradas, isto é, perseguindo de um posicionamento mais favorável aos segmentos desfavorecidos da população.

Esta linha de pensamento remete-nos a ideia força de (Santos, 2017: 6) demonstrando que os movimentos associativos têm tido um papel relevante no desenvolvimento conciliando várias formas de abordagens na propiciação eficaz de resolução dos problemas dos indivíduos, grupos e comunidades. O principal caminho utilizado direcciona-se essencialmente para a impulsão voltada para a motivação e empoderamento dos indivíduos e grupos, a fim de ter maior envolvimento e participação no planeamento e nas tomadas de decisão importantes e comuns favorecendo as condições que sondem as dinâmicas do desenvolvimento local.

Portanto, de referir que, ao enfoque de desenvolvimento local na dinâmica associativa oferece um amplo potencial para sua abordagem ao nível empírico, isto enriquecendo as ferramentas dos distintos actores sociais que estão inseridos nos organismos promotores do desenvolvimento e que lidam com o problema conhecendo bem os altos custos e sacrifícios do território. Couto (2001) na sua análise dos projetos de desenvolvimento

explica que o processo do mesmo “não é linear que originam reacções, contra-reacções e também compromissos.

Deste modo, preconiza-se a ajuda ao desenvolvimento como uma dinâmica adaptável ao próprio modo de transformação e uma intervenção planeada, isto para perceber as aspirações e os esforços conjugados conduzidos pelas associações em função da pertinência do desenvolvimento.

Hespanha et al. (2009: 21) entende que associativismo concilia a incorporação da convergência aos propósitos de satisfação, baseadas na liberdade, necessidades e legitimando o procedimento das relações e das atividades sociais para o bem comum.

A arte de se associar e o engenho das associações se deduzem na afirmação da civilização, e o aperfeiçoando aumentando a igualdade das condições humanas (Tocqueville 2008, citado por Santos 2017).

CAPÍTULO II

QUADRO METODOLÓGICO

Este ponto faz a apresentação de todo referencial do quadro metodológico utilizado nesta pesquisa.

2.1 Método de pesquisa

Para a realização deste estudo, utilizou-se a pesquisa exploratória, um método que permite uma maior inteligibilidade da investigação, uma vez que possibilita explorar e envolver-se no universo do tema em destaque. Segundo Cooper e Schindler (2003), recomenda-se o desenvolvimento claro de conceitos e definições a fim de reforçar a pesquisa articulada, a busca dos dados para construir uma base teórica necessária ao desenvolvimento do estudo.

As pesquisas exploratórias são normalmente utilizadas na investigação preliminar a fim de se obter subsídios para a elaboração do projeto de pesquisa e permitem construir o aporte teórico, auxiliando o pesquisador a conhecer mais apuradamente o assunto do seu interesse. À semelhança do que acontece na maioria das pesquisas exploratórias, este trabalho assume a forma de pesquisa bibliográfica e de estudo de caso.

Conforme escreve Gil (1996: 48), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Yin (2005: 19) realça que o que determina o método de pesquisa é a questão ou as questões que se procuram responder com a sua realização. Os estudos de caso são a melhor estratégia para se responder a questões do tipo “como” e “por que”. Elas surgem do desejo de explicar fenómenos sociais complexos, e ao mesmo tempo que se tem pouco controle dos acontecimentos, ou quando o foco se concentra em fenómenos contemporâneos inseridos num contexto da vida real.

2.2 Escolha do caso e unidade da análise

Yin (2005) afirma que tem que se definir *a priori* a unidade da análise. O estudo tem como tema o “empreendedorismo social em Cabo Verde: estudo de caso - a Associação Abi-Djan”.

A escolha da associação Abi-Djan como unidade da análise assenta-se nos impactos do empreendedorismo social desenvolvido pela associação frente a diversas privações que se verifica nas pacatas comunidades da sua intervenção. A Abi-Djan é uma associação cabo-verdiana considerada como uma Associação para o Desenvolvimento Local, equiparada a uma IPSS que se tem destacado por desenvolver o empreendedorismo social como uma das formas de luta contra a pobreza e melhoria das condições de vida. Tem realizado as suas atividades na ilha de Santiago e tem procurado promover soluções inovadoras e eficazes para os problemas sociais potenciando impacto social diversificado.

2.3 Definição do universo e da amostra

Para a execução do estudo procedeu-se a recolha dos dados junto da associação Abi-Djan que engloba duas associações comunitária de desenvolvimento, isto é, a Associação dos Rabelados e a Associação de Porto Madeira. A Associação de Rabelados conta com 450 agregados da comunidade dos Rabelados.

A comunidade dos Rabelados situa-se no Concelho de São Miguel, concretamente na zona de Espinho Branco. Uma comunidade pacata, localizada no interior da ilha de Santiago, devido a revolta contra as reformas da Igreja Católica na década de 40. Os antepassados foram perseguidos e marginalizados e, sendo assim, isolaram-se para cumprirem a fé seguindo o velho testamento trazido de África no ano 1500. Rejeitaram todos os ensinamentos da “nova igreja católica” e as relações com o mundo exterior. Se fixaram na aldeia de Espinho Branco, onde construíram funcos de madeira e cisal existentes até então. Recusaram o direito ao nome próprio respondendo apenas o nome de “rabelados de Nosso Senhor Jesus Cristo”. Durante muitas décadas de isolamento recusavam o acesso à educação e aos cuidados de saúde. Organizavam-se segundo um sistema comunitário chefiado por um líder espiritual que passava os ensinamentos e orientava as famílias locais consoante as necessidades e as crenças próprias.

Não tinham acesso ao emprego devido a falta de identificação e preservavam rigidamente a tradição, vivendo da pesca rudimentar e da agricultura de subsistência. Porém, apesar da herança das memórias e das leituras sagradas e ensinamentos dos antepassados, as gerações modernas com o desaparecimento físico do líder e porque não

frequentaram a escola não conseguiram dar continuidade a rígida tradição, dando espaço a as relações com o mundo fora.

Atualmente, a aldeia dos Rabelados de Espinho Branco permite a sensivelmente dez anos que as crianças tenham acesso a educação, isto é, a escola, possibilitando a socialização e a convivência, abrindo-se ao exterior tendo acesso a satisfação das suas necessidades e a igualdade e direitos iguais.

Face a mudança e a abertura a novos hábitos algumas famílias já constroem casas de concreto e já se sentam em bancos ao invés de no chão demonstrando que anseiam viver como toda a população. Posteriormente, chegou-lhes o acesso a energia elétrica e por acréscimo os demais símbolos contrários a forma de vivência rudimentar expondo-se da aldeia para o mundo e do mundo para a aldeia inegavelmente buscando ser cidadãos de plenos direitos.

A associação de Porto Madeira agrega 350 pessoas da comunidade de Porto Madeira. A comunidade de Porto Madeira situa-se no Concelho de Santa Cruz, no interior da ilha de Santiago, distante dos meios urbanos assim como outras pacatas comunidades do interior aberga as necessidades prementes de acesso e igualdade de oportunidades tendo em conta os agudos problemas de desemprego, exclusão, desigualdade e exodo rural que também assolam as famílias residentes.

Essas associações fundiram a Abi-Djan que conta com 800 agregados/membros e tem norteado as suas ações voltadas para as iniciativas do empreendedorismo social em busca da mudança do padrão de vida as designadas comunidades.

Definiu-se como o universo da pesquisa os agregados das duas associações, agregadas e difundidas pela Abi-Djan. Contudo, na impossibilidade de abarcar a todos por inconveniência do tempo e meios logísticos optou-se por uma amostra representativa.

Foram inquiridos 33 membros distribuídos pelas referidas associações nas respectivas comunidades. Os membros selecionados foram escolhidos com base na participação nas ações do empreendedorismo social desenvolvido pela associação.

Assim, articulou-se a definição da amostra na identificação e selecção dos membros da Abi-Djan envolvidos nas iniciativas do empreendedorismo social desenvolvidas pela

mesma podendo deste modo ressaltar da melhor forma o trabalho de campo aos objetivos articulados a pesquisa.

2.4 Instrumentos para a recolha dos dados

A recolha dos dados decorreu entre Novembro e Dezembro de 2016, mediante a aplicação de um inquérito por questionário previamente elaborado, contendo perguntas fechadas destinado aos agregados beneficiários das iniciativas das respetivas comunidades.

Aplicou-se um guião de entrevistas semiestruturado destinado aos membros da direcção da Abi Djan e um destinado a algumas instituições de desenvolvimento local e/ou social recolhendo informações acerca do entendimento da temática no país.

Em específico, a aplicação do questionário visou obter informações dos agregados quanto a contribuição das iniciativas do empreendedorismo social da associação no quotidiano, os reflexos notados, o impacto das iniciativas desenvolvidas, a responsabilidade pela criação do valor social nas comunidades, a melhoria da qualidade de vida e a redução da pobreza assim como o processo de mobilização das famílias das comunidades em virtude das respostas aos desafios comunitários existentes.

A entrevista foi feita junto dos agregados das comunidades, membros da direcção seleccionados aleatoriamente no universo dos órgãos sociais da Abi-Djan.

A realização das entrevistas teve como objetivo a obtenção de informações de como a associação Abi-Djan apropriada do empreendedorismo social como estratégia da criação do valor social nas comunidades.

Também, destinou-se uma entrevista a algumas instituições que desenvolvem ações no âmbito do desenvolvimento local e/ou social aleatoriamente entrevistadas, quais sejam municipais, regionais ou de âmbito nacional a fim de conhecer a percepção que dispõem relativamente às intervenções ou programas do empreendedorismo social em Cabo Verde.

2.5 Tratamento e análise de dados

O tratamento e a análise de dados são cruciais nos estudos de caso, requerendo da parte do estudioso um cuidado especial visto que pode comprometer a qualidade das conclusões do estudo.

Os dados foram analisados qualitativamente por meio de explicações e interpretações dos resultados.

Para a análise combinou-se a abordagem quantitativa com a qualitativa. A abordagem quantitativa tem como suporte o método estatístico, e foi operacionalizada na etapa de tratamento dos dados recolhidos, através do questionário misto mediante a utilização da base de dados construída no pacote estatístico *SPSS (Statistical Package for Social Sciences for Windows)*.

A abordagem qualitativa foi operacionalizada no momento da análise das informações recolhidas através das entrevistas transcritas e com base na análise de conteúdo.

CAPÍTULO III

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM ÁFRICA

Este ponto inicia-se com a reflexão sobre a perspectiva da economia social em África. Em seguida, faz um breve enquadramento panoramico e contextual de Cabo Verde e posteriormente refere-se aos promotores do empreendedorismo social e relata o fenomeno no contexto do associativismo no país.

3.1A perspectiva da economia social em África

A pluralidade de posições paradoxas em torno da situação global em África remonta a um passado longínquo e afigura o preliminar de um prognóstico rigoroso, destacando o processo da descolonização, advento histórico que também ocorreu um pouco por todo o mundo. O continente mais antigo da história, o berço da humanidade, refuta em si o cerne de uma realidade muito complexa. As revisitadas e rebatidas questões políticas complexas e a instabilidade ao desenvolvimento económico desde outrora fracassadas em sua larga maioria.

André e Loic Philip (1980) afirmam que o subdesenvolvimento conferido a maioria dos países africanos deve-se a dominação das potências coloniais de que sofreram, contando com a independência seguida e não assegurada pelo apoio técnico e financeiro para proporcionar o desenvolvimento económico. Fato que caracteriza a cronografia da grande miséria que os mesmos conhecem e essa miséria tende a agravar relativamente aos grandes países industrializados.

Os desafios e as oportunidades constituem aspectos e debates de intensas jornadas de consciencialização, reavaliação e retrospicções retratadas não só pelos próprios africanos, mas também pelas restantes sociedades para fazer frente a assolada fome, miséria, conflitos, corrupção, analfabetismo, guerras e um naipe de muitas outras problemáticas que devastam a África desde a longa data.

Makgoba (2015: 14), em seus estudos, faz uma leitura reflexiva sobre a renascença africana, debruçando-se na transformação socioeconómica da África e tentando responder a uma série de questões acentuadas principalmente nas condições estruturais indispensáveis para o progresso socioeconómico sustentado do continente.

Perante duras realidades e encruzilhadas que atravessam gerações e gerações os países africanos têm conduzido suas lutas, por um lado, na busca pelos princípios da igualdade e respeito aos direitos humanos e, por outro, face a nova configuração da globalização a sua posição considerando a longa história de subdesenvolvimento.

A dilacerada crise financeira actual trouxe à tona claramente a acumulação de vastas quantidades do capital em rápida circulação, em que a riqueza acaba gerando a pobreza. Isso explica-se segundo o efeito clamado da globalização que tem tido um impacto direto na vida das pessoas de forma enfática no quadro da economia global, impossibilitando a superação de vários desafios persistentes.

E a África da pós-libertação é a destituída por profundas reformas refutando a disposição deturbante da instabilidade política constante, das guerras sem fim a vista, da dívida externa, do comércio deficitário, da falta de acesso a produtos e serviços, e o círculo vicioso da pobreza que se perfilam como incitações até então afigurando-se como aflições das massas populares africanas tendo em conta a interdependência ao mundo que exigem da África outro sentido e novas investidas (Castro, 1981).

A esse respeito, Diop reforça que a crise do desenvolvimento africano apresenta-se como um ciclo vicioso e tende a ameaça da sua “marginalização” ou “recolonização” no seio do mercado global dominado pela lei da troca desigual (Makgoba, 2015: 37).

A mensagem central conduz a ideia força de que perante os caminhos percorridos e os ditames da escala global, efetivamente, a África não norteou uma integração eficaz no sistema económico internacional visto que além de se renovarem as suas inquietações antigas surgem outras inquietudes associados a volatilidade.

Porém, os estudos em prol da nova luta africana permeiam a redefinição da sua resistência em sintonia com os tempos de mudança no que tange ao ensejo dos mecanismos da qualidade de vida baseada no ser humano, determinados pela reciprocidade, solidariedade e capital social instigando a racionalidade da justiça social e das liberdades e oportunidades.

E Castro (1981: 56) recorda que o imperativo da preservação de valores do humanismo contra a decadência das relações humanas assume o valor de relevo manifesto no contexto africano. A África ao aludir ao modo de vida e da cultura das suas massas remete-nos a uma fusão descrita nas virtudes da ajuda-mutua e laço social, dos valores

de justiça, da paz, e da solidariedade familiar, isto é, um quadro das relações e práticas sociais que revelam um forte sentido de comunidade em detrimento do individualismo.

Os valores, a estrutura das relações sociais, familiares e interpessoais pertencem ao modo cultural e social vivamente rotineiro em África e assumem um papel perceptível nomeadamente nas principais caricatas comunidades expostas a vulnerabilidades sociais. Não obstante o modelo cultural do continente africano, os referidos modos de solidariedade vêm sofrendo alterações e transformações desencadeadas pelo contato intenso e profundo com outras sociedades, gerando mutação dinâmica e esboços da individualização.

A força motriz e ingénua da economia social em África reside no quadro das práticas sociais remotas que, por sua vez, baseiam-se na dinâmica do laço social, preservado pela conduta das práticas tradicionais da cooperação e da ajuda-mútua que, fim ao cabo, constituem a essência do bem viver do ser humano. Traços societais importantes levados em conta pela economia social e como dimensões pertinentes traduzidos pela nova economia social ou economia solidária (Lagoard-Segot, 2014: 94-95).

A economia social em África também assume a aceção dos movimentos sociais que integram o terceiro setor que dão corporeidade as dimensões como solidariedade e reciprocidade, norteando em organizações sociais que não são nem da esfera estatal, isto é, da regulação e redistribuição do Estado, e nem mercado auto-regulado. Pois, a economia vai além do fundamento da regulação ou distribuição económica, mas sim ela carrega também actos simbólicos e valores sociais e culturais (Amaro, 2009).

Efetivamente, a luta dos movimentos sociais em África caracteriza e enriquece a economia social e atendem ao papel determinante na base da promoção de um desenvolvimento harmonioso. Contribuições que se traduziram na participação e na mobilização de pessoas dinamizadas para a obtenção do emprego, trabalho decente, segurança alimentar, empoderamento das mulheres e dos jovens, habitação condigna, acesso à saúde, desenvolvimento económico local e cidades sustentáveis em África (OIT, 2012).

Em África, assim como outras partes do mundo, a economia social incorpora o conjunto de organizações e empresas sociais como cooperativas, fundações e mutualidades capazes de produzir bens e serviços que assumem o princípio de desenvolver ações para o bem comum. A primazia aos valores como cooperação, participação, solidariedade e

espírito comunitario, laços de confiança dão sentido a eficiência das ações dessas organizações. (CASES, s.a.: 22)

Contudo, o retrato de estudos do cerne da vivência da economia social em África traduz em ajudas e apoios aos programas de desenvolvimento em comunidades, regiões e territórios em busca do humanismo económico. Não obstante vários projetos implementados no continente face à miséria e pauperização das condições humanas, os relatos dos estudos do tema divulgados em África não se comparam ao relevo político de que goza a economia social na União Europeia e entre os estados-membros ou noutras paragens.

Pois, se, por um lado, valoriza-se o setor da economia social em África com perspectivas de resgate nas intervenções de desenvolvimento, por outro lado, grande parte das manifestações da economia social no continente não têm sido reconhecidas pela comunidade internacional tendo as suas especificidades desvalorizadas. O modo de vida particular e o sistema tradicional de solidariedade fortemente enraizados não são ativamente salvaguardados na resposta ao reposicionamento da África. (CASES, s.a.:19)

Enfatizando ainda os mesmos estudos à luz da economia social, a África posiciona-se bem em virtude do papel da mesma. Tanto que transporta em si desde o histórico da raiz dos sistemas tradicionais de solidariedade e dispõe de estruturas assentes da economia social como as cooperativas e uma grande parte da população com atuação na economia informal. As cooperativas constituem o reflexo mais presente do setor no continente africano consequência dos movimentos da independência.

Conforme André e Loic Philip (1980), em seus estudos, enfatizando os pressupostos para o desenvolvimento económico dos países subdesenvolvidos, as populações pobres da África “têm que ter autodeterminação e a possibilidade de por si próprios decidirem a sua sorte”, e não se suprimirem aos bloqueios de quaisquer ordens existentes”.

A África moderna assiste aos distintos ciclos de privações somados pela crise que agravaram os efeitos da carência alimentar, os acessos. A economia social permite o reforço das bases solidárias e comunitárias, reduzir significativamente a pobreza e a miséria nos países africanos criando postos de trabalho com efeitos diretos no acesso a bens e serviços.

Conforme a OIT (2012) a economia social é um setor explicitamente viável aos desafios que a África enfrenta e não só de grande relevo em regiões ou territórios ao serviço da mudança.

3.20 empreendedorismo social em Cabo Verde

3.2.1 Breve panorama geral do país

Cabo Verde é um arquipélago insular de origem vulcânica localizado na costa ocidental Africana. É formado por 10 (dez) ilhas dispersas das quais 9 (nove) habitadas e 15 (quinze) ilhéus todos desabitados. As ilhas dividem-se em grupos do Barlavento, que agrupa Santo Antão, São Vicente, São Nicolau, Sal e Boavista e as do Sotavento que inclui Maio, Santiago, Fogo e Brava. A ilha de Santiago, sendo a mais populosa, aberga mais de metade da população do país onde se localiza a capital do país, a cidade da Praia (INE, IMC-2017).

A história da nação cabo verdiana discorre desde o século XV aquando da sua descoberta, concretamente datada a 1460, com o registo do povoamento em 1462 e independente da sua antiga metrópole Portugal a 1975. Com uma colonização de mais 500 anos e 40 como país independente, Cabo Verde perfaz uma superfície terrestre de 4033 km, situando-se a 1.500 Km a sul das ilhas Canárias e conjuntamente a Madeira e os Açores denominados de Macaronésia.

O pequeno território é desprovido de recursos naturais e minerais capazes de promover o próprio desenvolvimento. Em meados de 1980 (alguns anos após a independência), assenta as suas directrizes com vista ao desenvolvimento, traduzido na busca pela inserção ao modelo da economia internacional concretamente na tentativa de seguir o processo de industrialização da dinâmica da economia mundial.

Sendo um arquipélago, situado na zona saheliana, por conseguinte, num contexto climático pouco favorável à prática da agricultura e da pecuária, com um ecossistema extremamente frágil, e terras agricultáveis escassas, a sua população conheceu, segundo António Carreira (1972), vários momentos de extrema pobreza que, até finais da primeira metade do século passado, deram lugar a períodos de fomes, secas e uma alta

taxa de mortalidade. Tem uma economia orientada para os serviços com extrema dependência das remessas dos emigrantes com forte diferencial e impacto na vida das famílias. De acordo com os dados do INE, o número estimado de cabo-verdianos que vivem no estrangeiro é de 700.000 pessoas, com destaque para os continentes Europeu e Americano (OIT, 2015).

Cabo verde é uma república soberana organizada em Estado de direito democrático assente nos princípios da Constituição. Tem uma economia aberta, engajada a conjuntura competitiva e global altamente condicionada e dependente do sistema internacional com uma estrutura produtiva muito limitada. As remessas dos emigrantes e o turismo constituem os grandes pilares e fontes de crescimento do país a par das ajudas externas recebidas nomeadamente do Banco Mundial, União Europeia e entre outras organizações internacionais (OIT, 2015).

3.2.2 Contexto socioeconómico

Cabo Verde tenta há largos anos driblar as diferentes situações da pobreza e miséria decorrentes de uma base produtiva frágil e de sustentação económica incipiente assim como de políticas públicas que não aproveitaram as vantagens comparativas em determinados momentos históricos, podendo propicia-las em vantagens competitivas para o desenvolvimento do país. (Furtado, 2008).

A situação de pobreza significativa do país decorre do tecido económico e social bastante debilitado e da fraca capacidade de produção de riquezas e criação de emprego capazes de garantir rendimentos a maioria da população bem como permitir um padrão de vida condigno.

Apesar dos investimentos e estratégias de ações acordados ao longo dos anos e que têm sido averiguados e expandidos depois da independência, a precariedade do emprego e de acesso a rendimentos, uma agricultura pouco expressiva devido ao quadro pluviométrico debilitado, mas também problemas agrários, fazem com que a pobreza e a desigualdade sejam ainda elementos estruturantes da realidade socioeconómica de uma franja significativa das famílias cabo-verdianas (Soares, 2017).

Em muitos dos documentos estratégicos elaborados pelas autoridades cabo-verdianas, encontram-se referenciadas preocupações relativamente à problemática do contexto

socioeconómico do país. As primeiras medidas retratadas foram em Planos Nacionais de Desenvolvimento. O Documento Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza é um dos instrumentos intrínsecos do planeamento ao longo prazo que através de estratégias, indicadores e metas traduzidas em intervenções são materializadas em ações definidas através do Programa do Governo.

Segundo dados do Censo 2010, Cabo Verde contava com aproximadamente 491.683 habitantes, com crescimento médio anual de 1,2%. Caracterizava-se por uma população jovem sendo a média da idade de 26,8 anos. A população masculina e feminina é praticamente proporcional com 49,8% e 50,2%. A larga maioria da população do país residia nas cidades concentrando-se nas áreas urbanas como a cidade da Praia, a capital do país, e na ilha de São Vicente

Os mesmos dados indicam que Cabo Verde tinha cerca de 65% da população com menos de 34 anos, isto é, tem o predomínio dos grupos etários da meia-idade em que cerca de 45,4% tem menos de 25 anos, contando assim com uma franja da população idosa diminuta correspondente a 6%.

A taxa da alfabetização da população nacional com idade superior a 15 anos representava cerca de 89%, sendo 92% correspondente ao meio urbano e 83% ao meio rural. A taxa de alfabetização juvenil da faixa etária entre 15-24 anos correspondia a 98,9% (INECV, ICM 2017). De acordo com os dados oficiais do último Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (III-IDRF) o principal instrumento de seguimento da pobreza, realizado pelo Instituto Nacional de Estatística 2014-2015 houve um abrandamento da situação da pobreza no país, comparativamente a 1988-89 (INE CV).

De acordo com os dados do IDRF 2014-2015 do INE, da população cabo-verdiana era pobre (dos quais 20% muitos pobres), o que significa uma diminuição da população pobre como muito pobre que existia em 2001-2002 e em 1988-89.

A pobreza demarcada no país esta intrinsecamente conexas ao leque dos indicadores relacionadas as condições de vida das populações do país. O drama do desemprego, o fraco acesso a saúde e assistência médica e medicamentosa, a situação habitacional das famílias degradante, as condições de vida vulneráveis fazem parte da lista das fragilidades e desafios que acompanham e assolam o desenvolvimento do país.

Apesar dos esforços conjugados a vários níveis e em diversos setores de base produtiva, Cabo Verde se situa num contexto climático pouco favorável ao desenvolvimento da atividade agrícola e da pecuária. Com as atividades insustentáveis a ponto de gerarem rendimentos e os recursos naturais reduzidos, as famílias vivenciaram muitos momentos de miséria e penúria devido a períodos de secas prolongadas e fome que agravaram a condição da pobreza extrema e condicionaram diretamente os programas de desenvolvimento (Furtado, 2008).

Não obstante a continuação na implementação do Programa Nacional de Luta contra a Pobreza (PNLP), desde atualmente Programa de Oportunidades Socioeconómicas Rurais (POSER), a situação continuava precária (MFPDR, 2002b: 232).

À luz dos Grandes Opções do Plano - GOP 2001-2005, o combate à pobreza é considerado como uma opção estratégica em que ela é definida como “a privação dos direitos fundamentais do homem” (MFP, 2001^a, p. 24). Por sua vez, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2002-2005 (PND), inspirado nas GOP, que é o documento de referência das estratégias de longo prazo, entende “[...] o combate à pobreza, no quadro de políticas estruturais companheiras de um crescimento robusto e gerador de emprego como objectivo cardeal” (MFPDR; 2002^a: 5).

3.2.3 Os promotores do empreendedorismo social em Cabo Verde

Cabo verde tem estado a reposicionar-se no sistema global e redefinir a sua postura no que concerne as inquietações nacionais. A sua projecção em África tem sido notável. A busca pela autonomia e novos rumos ao desenvolvimento faz parte de um processo da consolidação da democracia, imprimindo autonomia aos municípios e mais transparência as acções do Estado.

As alterações ou as indiferenças face a conjuntura socioeconómica nacional no que se refere à busca de ações sustentáveis e inovadoras para responder aos desafios complexos como secas prolongadas, desigualdade e pobreza, falta de água potável e energia, falta de acesso aos cuidados básicos de saúde, condições de habitacionais pouco dignas a nível nacional e demais problemas globais têm impulsionado a busca e reprodução de respostas sociais sincronizadas com a sociedade civil, criando *stakeholders*, e dando corpo e esboço ao empreendedorismo social em Cabo Verde (Santos, 2017).

Conforme Morais (2016: 22), o empreendedorismo social em Cabo Verde, assim como a economia solidária, tem ainda pouca popularidade principalmente em termos teóricos sendo retratado em discursos pontuais e por grupos restritos. A nível académico começa a desabrochar-se com alguma nitidez por causa das influências e estudos externos e reflexões levadas a cabo pelas organizações da sociedade civil.

No entanto, o contexto nacional apresenta-se muito favorável a definição das promoções proactivas e sustentáveis de desenvolvimento pressupondo a afirmação da sociedade civil e suas lutas, fato destacado com a aprovação do regime jurídico da economia social ⁴ uma das disposições bastante adequadas ao despertar e ao reconhecimento do relevo do empreendedorismo social.

No decorrer desta pesquisa, de acordo com os objetivos preconizados, foi feito um levantamento ou o mapeamento das organizações que têm desenvolvido práticas ou iniciativas do empreendedorismo social em Cabo Verde e conforme a Plataforma das Organizações Não Governamentais de Cabo Verde elencam-se apenas expressões por parte da sociedade civil dos quais os identificados dividem-se em dois grupos:

- **Organizações Não-Governamentais**

As Organizações Não Governamentais têm revelado sob o ponto de vista dos princípios os modos de intervenção mais ou menos favoráveis a emergência e ao desenvolvimento das iniciativas do empreendedorismo social. Essas organizações têm adoptado abordagens orientadas para o engajamento das populações locais na resolução dos problemas locais de forma sustentável.

Embora o cerne das acções das mesmas não se concentra essencialmente em prol da afirmação dessas práticas e a na maioria das vezes estando pouco munidas de mecanismos e ferramentas para assegurar efeitos das suas missões sociais, de um modo geral, elas têm conjugado esforços para o efeito da dinâmica do desenvolvimento (Morais, 2016).

As ONG's de Cabo Verde vincam-se sob várias acções e propostas para a identificação das “grandes linhas estratégicas”, para o desenvolvimento socioeconómico sustentável

⁴ Lei nº 122/VIII/2016, de 24 de Março.

sensíveis a promoção da qualidade de vida das populações traçando experiências socialmente empreendedoras dos quais apresentam-se: a CARITAS de Cabo Verde, a Verdefam, Citit-Habitat, Atelier Mar e a SOLMI (Plataforma das ONG's de Cabo Verde, 2007).

- **Organizações Comunitárias de Desenvolvimento/Base**

A dinâmica nacional cabo verdiana apresenta-se como bastante expressiva no que tange às associações comunitárias de desenvolvimento denominadas também de associações de comunitárias de base ou ainda de associações de desenvolvimento local, referindo a outras manifestações da economia social e solidaria no país. Segundo Santos (2017) caracterizam-se como associações de fim não lucrativo e são multissetoriais distinguindo-se por origens circunstanciais ou motivacionais.

A ideia de alcançar o desenvolvimento local, comunitário e territorial a partir do reforço do capital social e humano faz com que grupos ou conjuntos de indivíduos se unem para suprir as necessidades comuns e transportar práticas e potencialidades como otimizadores da consolidação do desenvolvimento.

O notável crescimento do associativismo em Cabo Verde e o seu domínio deve-se essencialmente a necessidade da integração dos grupos pobres da população na economia, e da melhoria de acesso social dos grupos vulneráveis da população que, por sua vez, constituem objectos de articulação e seus financiamentos por parte dos seus impulsionadores, parceiros ou financiadores (Plataforma das ONG's de Cabo Verde, 2008)

Em virtude de firmar as suas potencialidades tentando combinar retorno emancipatório e de impacto social as associações têm tentado e apostado no esboço das práticas do empreendedorismo social no país dos quais se destacam: Associação para o Desenvolvimento de São Francisco; Associação dos Rabelados da ilha de Santiago, Fami-Picos, Associação das Mulheres de Gouveia, Associação para o Desenvolvimento de Ribeirão Boi, Unidade de Produção de Velas Artesanais e a Abi-Djan.

3.2.4 O empreendedorismo social no contexto do associativismo cabo-verdiano

A corresponsabilização e a educação face a mudança do padrão de vida das famílias e a coesão social fazem parte da longa tradição cabo-verdiana de busca tanto pela erradicação da pobreza severa como principalmente pela minimização do desemprego. A dinamização das políticas concretas ao desenvolvimento do país e uma maior abordagem e investimento no capital humano para o incremento da melhoria das condições de vida das populações pobres traduziram-se em necessidades que precisassem de especial atenção (Plataforma das ONG's de Cabo Verde, 2007).

Carreia (2010, p.53) entende que para Cabo Verde, tendo em conta as suas carências estruturais pretenda cada vez mais apostar numa estratégia de desenvolvimento social assente nos recursos humanos, o que obriga a que uma política de combate à pobreza seja a maior das prioridades, tendo em vista uma participação dos indivíduos no processo de planeamento, execução, monitoramento e avaliação dos seus próprios projectos, acções que correspondem à realidade das comunidades. Neste sentido, nos anos que se seguiram houve uma grande proliferação das Associações de Desenvolvimento Local, denominadas também de Associações Comunitárias de Desenvolvimento ou de Organizações de Base no âmbito da política do governo em relação ao denominado Frente de Alta Intensidade de Mão -de - Obra (FAIMO)⁵, com directrizes que definiram um maior envolvimento das comunidades locais, na planificação das actividades e na realização das mesmas. Uma forma de gerir a FAIMO que impulsionou o surgimento dessas organizações e mediante um acordo de prestações de serviços com o governo realizaram diferentes trabalhos na comunidade e a favor da mesma (Santos, 2017).

As perspectivas das vivências de que vincam as associações cujas busca pela afirmação da cidadania e a valorização das competências locais, como se apresenta a Abi-Djan, estão perante a liberdade do exercício das Associações⁶, em que toda a acção humana se concebe como nobre, com a renovação dos sentimentos e das ideias, engrandecendo o laço social promovendo o entendimento.

⁵ FAIMO significa emprego público de carácter sazonal, criado pelo governo, para fazer face a seca e mau ano agrícola com o objectivo de minimizar os seus efeitos e garantir as suas condições mínimas de sobrevivência, nomeadamente às famílias mais carenciadas das comunidades rurais mais afetadas.

⁶ Liberdade de Associação, lei nº 28/III/87, de 31 de Dezembro.

O contexto marcante das associações locais nacionais se assinala devido a implementação do anterior Programa Nacional de Luta contra a Pobreza no Meio Rural (PNPL), atual Programa de Oportunidades Socioeconómicas Rurais (POSER), no contexto do panorama das Estratégias de Crescimento e Redução da Pobreza do governo em que são financiadas as suas atividades ou projetos de natureza social e produtiva no meio rural. As associações têm o financiamento e o seguimento das Comissões Regionais dos Parceiros (CRP's), por sua vez, criadas para directamente auxiliar as suas atividades, assegurando-lhes assistência técnica e retorno numa dinâmica da ação conjunta. (OIT, 2012).

Definem-se por associações de desenvolvimento local dotadas de personalidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, que têm como finalidade criar as condições que permitam a auto-organização das populações para a resolução dos seus próprios problemas, quer a nível individual ou colectivo. Hoje regista e goza da lei que define o estatuto das organizações da sociedade civil de desenvolvimento - OSCD⁷ de Cabo Verde.

Ora, no que se refere ao empreendedorismo social, no seio do associativismo cabo-verdiano, de acordo com as análises exploratórias referentes a esta pesquisa, as iniciativas socialmente empreendedoras constituem absolutamente práticas de fraca incidência no que concerne aos efeitos do fenómeno em si e comparativamente aos resultados dos contextos internacionais.

Pois, em Cabo Verde o empreendedorismo social é um fenómeno pouco explorado e que se encontra na fase rudimentar. De acordo com os contactos feitos e os documentos explorados constatou-se que a noção é pouco conhecida assim como a prática, sendo consideradas incipientes pelo arquipélago. Assim como pelo mundo fora, em Cabo Verde assiste-se a uma diversidade de expressões e fenómenos desassociadas e pouco esclarecidos e representados pela sociedade civil incorporadas ao campo da economia social, economia alternativa ou terceiro setor (Morais, 2017).

A imprecisão e escassez de trabalhos nacionais elaborados no âmbito do empreendedorismo social é uma realidade bastante notória devido a fraca divulgação no seio dos cabo-verdianos. Não obstante em termos de prática perdurar nas ilhas como

⁷ Lei nº 114/VIII/2016, de 21 de Março, B.O. I Série, nº 19

comunga da lógica da vivência africana, mas a falta de vigor a essência e a diminuta atenção ao registo das suas práticas afiguram a uma significativa indefinição.

Contudo, ora verifica-se no contexto cabo-verdiano a adopção do conceito nas propostas de promoção do desenvolvimento dado ao recente destaque do campo da economia solidária bem como um conjunto das suas expressões por parte da sociedade civil que, conforme sublinha Santos (2017), pode assumir um papel muito útil na melhoria das condições de vida das populações tanto do meio urbano como do meio rural.

Na mesma linha de estudos, partilha-se da posição de Amaro (2009) acrescentando que o empreendedorismo social e seus efeitos (oriunda da economia solidária), no quadro do associativismo cabo-verdiano, referenciam-se ao princípio central da solidariedade vinculada nas perspectivas da economia solidária e suas versões, sendo as mais conhecidas a Francófona, a Ibero-americana e a Macaronésia, estando Cabo Verde entendido como enquadrado na última versão. Morais (2016) sublinha ainda que se, por um lado, o empreendedorismo social no país assume como um formato pouco evidente no panorama associativo, por outro lado, essas dinâmicas sociais cabo verdianas de dimensão social e comunitária se concentram em suas dificuldades de base como a sustentabilidade económica e financeira, a gestão ao longo prazo e demais recursos próprios, considerando-as como fragilidades com impacto direto nas suas ações de forma híbrida.

Em certa medida urge sublinhar naturalmente que a maioria não tem as iniciativas do empreendedorismo social como a principal actividade. Elas mantêm a sua base jurídica de associações sem fins lucrativos e se dedicam em grande plano as suas ações, apostando em mudar a vida das pessoas, mas idealizando outras práticas/técnicas para fazer face ao acirramento da pobreza e desigualdade existente no país.

Estas práticas no seio associativo cabo-verdiano enquadram-se nas propostas próativas para alargar o setor da cidadania e mudar a vida das pessoas, assumindo componentes, gerando e materializando produtos e serviços.

Acresce-se ainda que Cabo Verde apresenta um universo de cerca de 303 Associações Comunitárias de Desenvolvimento que têm enfatizado diferentes processos de co-responsabilização dos indivíduos e comunidades, objectivando ultrapassar

problemáticas perdurantes. Os programas de microcrédito⁸, por exemplo, são desenvolvidos pelas mesmas como forma de incrementar os pequenos negócios ou atividades informais que constituem uma das principais fontes de rendimento de muitas famílias do país (Santos, 2017).

De enfatizar organizações não-governamentais internacionais que têm impulsionado práticas socialmente empreendedoras em Cabo Verde como forma de estimular melhorias das condições de vida das famílias e das comunidades, isto é, denominados de organizações não-governamentais para o desenvolvimento que agem fora da esfera do Estado. Pois, muitas dessas organizações portuguesas, ou seja, num panorama de 65 inscritas na Plataforma portuguesa 26 atuam em Cabo Verde (Plataforma das ONGD portuguesa 2014 citado por Soares et al. 2017).

Contudo, é necessário abrir caminhos para que as associações sem fins lucrativos e demais organizações da sociedade de civil cabo-verdiana, em geral, se espelhem numa lógica de transformação com vista a se orientarem pelo desenvolvimento e promoção do empreendedorismo social, sua essência e seus potenciais efeitos como constituintes legítimos da maximização do capital social e humano de uma comunidade, bairro ou cidade e conseqüente mudança do padrão de vida dos indivíduos.

⁸ Regulação da realização de actividades de Microfinanças, consagrada segundo o Decreto-lei n° 15/VII/2007, de 10 Setembro.

CAPITULO IV

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM CABO VERDE - ESTUDO DE CASO: A ABI –DJAN

Este ponto enfoca o estudo de caso, isto é, inicialmente percorrendo a descrição do caso estudado ou seja, da associação Abi-Djan podendo destacar aspetos históricos, características bem como sua experiência. Entretanto, a posteriori far-se-á o relato das iniciativas do empreendedorismo social desenvolvidas nas comunidades e, por fim, a apresentação e a análise dos dados.

4.1A Abi-Djan

A Associação de Beneficência Intercultural-Dinamismo dos Jovens Artistas pelas Nações, designada de Abi-Djan, foi criada no ano 1997, e a escritura pública da sua constituição foi realizada no dia 23 de Janeiro de 1998. É uma Associação de desenvolvimento local e comunitária, dotada de personalidade jurídica, de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como finalidade a promoção das condições que permitam a dinâmica e a auto-organização das populações para a resolução dos seus próprios problemas, tanto individual como colectivo.

Finalidade que consiste na consecução de objectivos, como o estímulo de acções em prol da educação com vista ao desenvolvimento, nomeadamente a realização de actividades formativas, artísticas e socioculturais, de modo a contribuir para a elevação da consciência da população, da necessidade de propiciar o espírito de solidariedade, ajuda mútua e cooperação para a resolução de problemas comuns. A promoção de acções que proporcionem a grupos organizados e, sobretudo, aos jovens e às mulheres, formas e factores e de produção, rendimento e melhoria das condições de vida.

A Associação de Beneficência Intercultural - Dinamismo dos jovens Artistas pelas Nações atua nas comunidades rurais da ilha de Santiago, nomeadamente nos Concelhos de Santa Cruz e São Miguel, onde perfilhou as associações oriundas existentes, a de São Miguel a Associação dos Rabelados e Santa Cruz a Associação de Porto Madeira, com o intuito de reforçar a sua eficiência e sua capacidade de atuação. A fusão com as duas associações com vista na maximização da sua dinâmica, aumentou a sua performance e

concedeu-lhe um papel importante no quotidiano de vivência das famílias e das comunidades.

A essência da Abi-Djan encontra-se enraizada nos princípios da democracia interna, livre adesão, cooperação, reciprocidade, ajuda mútua e solidariedade. Princípios em que se assentam as organizações com base na economia social e solidária, inspirados no laço social que instiga o reforço do capital social, minimização da pobreza e da exclusão social e estímulo ao desenvolvimento económico e social das famílias e das comunidades.

Sediada na capital cabo verdiana - cidade da Praia, esta associação através da mobilização das potencialidades existentes propõe e cria alternativas para colmatar as necessidades nas comunidades de intervenção no domínio de várias áreas, pressupondo iniciativas e trabalhos intercomunitários como: reunir todos os que no país ou na diáspora queiram prestar desinteressadamente a sua colaboração; estabelecer e desenvolver relações de cooperação e intercâmbios com as associações congéneres nacionais e estrangeiros; estabelecer relações com organismos nacionais e estrangeiros governamentais ou não com vista a sensibilização, e colaboração para o desenvolvimento proporcionando a mudança das condições de vida das famílias e comunidades. De acordo com a entrevistada, a mentora/conselheira da Abi-Djan, a geminação da associação associou-se a urgência em inventariar e montar respostas as persistentes mazelas das comunidades a par da necessidade de demonstrar os efeitos sociais benéficos da arte. “A arte na sua simplicidade, que cativa, desperta, transborda e que atribui competências várias (...) A arte é harmonia e o resto é detalhe.”.

De acordo com a mesma, as produções criativas fazem com que os indivíduos e as comunidades consigam evitar a reprodução ou o agravamento das desigualdades internas, descobrindo valências, desenvolvendo a autonomia a partir de ações úteis para a resolução dos problemas do dia-a-dia. O desenvolvimento dessa autonomia centra-se na valorização dos recursos endógenos e identitários e culturais com a vista a descoberta de novas soluções para uma multiplicidade de desafios” locais (Sanches et al. ACEP s. a.)

A Abi-Djan é um agrupamento voluntário que se inspira na referência do laço social e da solidariedade, implementando um conjunto de actividades criativas e inovadoras. A consecução da mobilização e da optimização das ações servem como âncoras de e para

a satisfação das necessidades num quotidiano de escassos recursos e falta de acesso aos bens essenciais, desde a alimentação, a electricidade, a água potável e as oportunidades básicas como o acesso a saúde, a educação ou formação, falta de habitação ou habitação condigna, segurança social e emprego.

A associação conta com um total de 800 associados correspondentes as 2 (duas) associações que abrangem as 2 (duas) respectivas comunidades, ressaltando 450 pessoas da associação de Rabelados e 350 pessoas da parte da associação Porto Madeira.

Acima de tudo, como uma criação das suas associadas, fundada sob os mesmos princípios e valores, cuja lógica de acção, organização e funcionamento é servir a causa do desenvolvimento local nas comunidades de intervenção das suas associadas, a Abi-Djan, como ressalta Wanderley (1993), se faz como motivadora da população na formação de uma mentalidade compatível com a sua inserção no processo de desenvolvimento, isto é, na minimização do êxodo rural, da exclusão social e da miséria.

Encontra-se estruturada segundo os seguintes órgãos: a Assembleia Geral, o Concelho da Direcção e o Concelho Fiscal, que são instâncias de deliberações e decisões colectivas, com uma ampla participação democrática dos seus agregados.

A Assembleia Geral é formada por um presidente, um vice-presidente e um secretário, estatutariamente representada por um membro de cada associação afillhada, que se reúne de acordo com a necessidade da tomada de decisões. O Concelho da Direcção elabora e apresenta as contas de gestão, anualmente apresentadas aos associados para apreciação e aprovação, bem como o relatório de actividades de contas gerência do ano findo, o plano de actividades e o orçamento para o ano seguinte. Salienta-se, ainda, a questão da autonomia organizacional prevalece segundo a modalidade de autogestão, executada de forma colectiva e democrática, garantindo deste modo, a base igualitária da liberdade à participação efectiva de todas as suas associadas, no processo de tomada de decisões.

Encontra-se baseada na liberdade e igualdade entre os seus membros, estando fundida sob a ideia da acção comum, empreendida local e colectivamente para o enfrentamento dos problemas concretos ligados à vida dos seus agregados e respectivas comunidades.

A afirmação da Abi-Djan edifica-se essencialmente na valorização da inovação e nas produções criativas bem como na valorização da cultura e economia criativa⁹ como fatores harmonizáveis ao desenvolvimento, com especial atenção a criação de empregos para jovens, uma maior igualdade da inserção das mulheres e combate a exclusão das populações pobres rurais (Morais, 2016).

4.2 A experiência da Abi-Djan

A abordagem sublinhada pela Abi-Djan combina no cerne da economia criativa, a integração de atividades artísticas, e a produção criativa e inovadora baseada numa sólida componente artística, isto é, as componentes artísticas criativas, articuladas a produtos e serviços com conteúdos de elevação do potencial com valor económico, social e para o mercado.

A estratégia de redução da pobreza, da inclusão e melhoria da qualidade de vida seguida por esta Associação “assenta-se numa atuação participativa que se estrutura em torno da ideia de que a melhor forma de lutar contra a pobreza rural é dar aos pobres rurais o poder de decisão” (Veríssimo, 2010). Na perspetiva da própria Abi-Djan esta estratégia chama atenção para o uso dos recursos disponíveis e, outrossim, da criatividade, uma opção viável a valorização do capital humano, transformando especificidades e identidades locais em recursos económicos geradores de emprego e desenvolvimento por via da coesão social.

De acordo com os estudos de (Sanches et al. ACEP, s.a.) esta linha estratégica evidenciada pela Abi-Djan propõe inventariar os criterios que se concentram em torno do empreendedorismo social, isto é, referenciado outros mecanismos no padrão do desenvolvimento e uma reforma na maneira de pensar a inclusão nas suas comunidades de intervenção.

A experiência da Abi-Djan assenta-se em ações fortemente baseadas nos vínculos comunitários, que atacam a resolução de problemas locais, concretos ligados a condições de vida das pessoas no contexto das comunidades e regiões respectivos.

⁹ Economia Criativa é um conjunto de atividades baseadas em recursos criativos, que potencializem criação, produção, distribuição e comercialização canalizando o valor económico estimulado pela capacidade da reinvenção como soluções inovadoras de desenvolvimento. (Sanches et al. ACEP, s. a.)

Como acrescenta Cabreira (2002: 37), tais acções dependem primariamente da acção colectiva, do envolvimento e da identificação e participação nos programas e projectos de pessoas suficientemente bem organizadas, educadas e motivadas na procura de bem-estar social.

Afirmada sob a tábua da solidariedade e reciprocidade, norteia como vitais a união e a acção coletiva nas comunidades, considerando que quanto mais articulações sociais perdurarem mais propensas serão as respostas face às limitações existentes. Desenvolve uma dinâmica comunitária na elaboração de projectos, realização de acções e promoção de mecanismos com vista a suprir necessidades das pessoas e consequente enfrentamento das privações coletivas que afetam as comunidades de intervenção.

Segundo o depoimento da mentora, a associação vive das doações, dos financiamentos e das actividades realizadas a base do voluntariado sob o registo da dádiva. Na linha dos financiamentos, Abi-Djan conta com as referidas doações, parcerias e cooperações estabelecidas, como salienta a mesma “os nossos grandes apoios têm vindo dos diferentes sectores desde públicos a particulares nomeadamente a Cooperação Espanhola, a Câmara Municipal de Santa Cruz, a Cabo Verde Telecom, o Estado Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, o Ministério das Finanças, os Voluntários do Corpo da Paz, empresas privadas como agências de viagens e pessoas individuais” que têm sido os grandes alicerces no quotidiano da nossa atuação.

“Todo o esforço realizado é capitalizado em prol do bem-estar das pessoas a fim gerar impacto positivo na vida de quem precisa. Usando do tempo, do conhecimento, para melhorar a vida das pessoas”. Se um por um lado buscam a dimensão da incorporação da identificação das habilidades, do talento individual interligados a valorização dos recursos culturais, sociais e ambientais inclui as relações sociais e culturais por outro são capazes de potenciar produtos criativos com benefícios para o criador orientando-o para mercado, optimizando a possibilidade de emprego e rendimento. (Hespanha et al, 2009)

Neste sentido, o processo da dinâmica associativa articula-se ao impulso a valorização dos recursos locais das comunidades/territórios de uma forma inclusiva, traduzindo-se na identificação de oportunidades, na criação de novas soluções no seio de parques recursos delineado pelos desígnios do empreendedorismo social como uma alternativa integradora encorajando o desenvolvimento local. O que significa que de modo

sistêmico e sustentável por meio de uma nova abordagem esta combinação apropriada da criação do valor social refinando o alcance as respostas aos problemas sociais.

Acima de tudo, considera-se que a associação atua sobre os efeitos multidimensionais dos problemas locais a partir da facilitação de um ambiente criativo.

De referir que a associação recobre nas suas ações todos os domínios de actividades desenvolvidas e influenciadas em grande parte pelo empreendedorismo social articuladas a animação e capacitação, formação, infra-estruturas sociais e educativas, reabilitações habitacionais, actividades geradoras de rendimento fomentando a actividade económica a partir do rendimento e o auto emprego, a inclusão, a preservação cultural e ambiental, combinando a dimensão da acção pública, cidadã da dimensão solidária alicerçada na relação de confiança e no carácter positivo da pessoa (Yunus, 2000).

4.3 O empreendedorismo social desenvolvido pela Abi-Djan

4.3.1 As iniciativas do empreendedorismo social desenvolvidas pela Abi-Djan nas comunidades de Porto Madeira e Espinho Branco

As dinâmicas locais do empreendedorismo social em que a Abi-Djan se assenta transfiguram num conjunto de abordagens transformadoras orientadas para as comunidades de Porto Madeira e Espinho Branco focadas desde recursos subutilizados e descartados para satisfazer as necessidades não atendidas, a criação de serviços e produtos, transformando e abrindo caminhos para o autodesenvolvimento.

Mediante o depoimento da mentora, a Abi-Djan profundamente enraizada na comunidade, ao invés de relegar as necessidades da sociedade para os Estados, identifica os problemas e dissemina a solução e persuade toda a comunidade a seguir um novo rumo. Por outro lado, conseguiu até então que os grupos dessas comunidades fragilizadas se tornassem mais criativos e dinâmicos visando a igualdade social.

A Abi-Djan tem como imperativos a criatividade e a inovação traduzidos nas iniciativas desenvolvidas no seio das referidas comunidades que se demarcam pela identificação de um leque de problemas complexos e propostas de soluções também na operacionalização dessas soluções em termos de materialização organizativa e eficácia traduzindo num impacto amplo.

As iniciativas do empreendedorismo social desenvolvidas pelo Abi-Djan consistem em conceder as pessoas das comunidades a oportunidades de se envolverem e participarem nas mudanças da sua vida, a partir da transformação do meio ou do espaço onde vivem.

Essas iniciativas voltadas para o coletivo são criadas a partir do desdobramento das ações mensuradas nas próprias comunidades de atuação da Abi-Djan, podendo ser denominadas/descritas tais como:

- **Mapa Vivo - Design da comunidade**

A Abi-Djan tem buscado resgatar as raízes e os valores da comunidade. Neste sentido, a associação organiza os moradores das comunidades para pintar casas, muros, praças, rotundas e caminhos da comunidade. Participam da construção das áreas de lazer para a valorização identitária, resgate e preservação histórica das aldeias, impulsionando o conhecimento do histórico comunitário das novas gerações e permitindo a valorização da origem e da tradição pelos residentes e pelas visitas.

Destacam-se a melhoria e remodelação das vias ou os itinerários de acesso à comunidade de Porto Madeira, denominado “caminho poético”, um percurso repleto de poesias articuladas às informações da aldeia e de descoberta da natureza local.

A rotunda da “meia lua” outra recriação da associação e da comunidade, onde se efetuam narrativas e histórias por meio de diferentes línguas e dramatizações. Também criou-se a “praça do Senegal”, outro espaço recreativo comunitário de promoção das melhorias socioambientais e valorização dos recursos endógenos e do capital social.

Aldeia ainda dispõe da “coroa de galeão” uma estátua que simboliza o elogio à memória espiritual e coletiva, espaço onde celebram o batismo, casamento de bonecas e comemoram o “bidibido”. A “ribeira do amor” também faz parte de outro marco local existente, um vale dedicado às mulheres descrita como elogio à consciência feminina representada por símbolos de cada continente.

O museu, apresentado com pinturas dos artistas do mundo, é destacado como o mural dos artistas, marcas deixadas pelas visitas à aldeia, das crianças e das pessoas da comunidade. A biblioteca também faz parte do mapa vivo da comunidade de Porto

Madeira, local de livros doados para consultas, brindes, retratos e paines culturais da identidade representativa e tradição para a venda.

Na comunidade de Espinho Branco, os rabelados e a associação criaram uma praceta denominada “praceta de boas vindas” e dispõem de um ateliêr com espaços para a pintura e confeção do artesanato e das molduras, bem como uma loja para exposição e vendas dos produtos locais.

Além das construções, reabilitações e recreações, organiza-se grandes grupos para limpezas de espaços degradados a fim de promover a cultura, a cidadania, o espírito cooperativo e educação ambiental, atraindo pessoas de origens distintas capazes de promover mudanças impatantes.

- **Valorização da mão de obra local – Inclusão e aumento do capital social**

Validar e valorizar os saberes e os potenciais talentos das comunidades, da mão produtora do artesanato, possibilitando o conhecimento do valor além do monetario, mas também social e conceptual dos trabalhos de artesanato feitos são passados de geração em geração, propiciando a ocupação dos tempos livres, lazer e inclusão aos desempregados das comunidades.

Na comunidade de Porto Madeira grupos vulneráveis como jovens desempregados sem acesso a oportunidades primam pelas produções criativas como coleções de bonecas com restos de tecidos, moduras, malas artesanais com matéria prima local.

As produções são realizadas na própria comunidade no espaço integrado a biblioteca, o que proporciona a interação entre si apelando ao aumento do capital social traduzido na melhoria da estrutura das relações e da coesão social.

Em Espinho Branco, os grupos também produzem molduras feitas a mão, balaios e esteiras no centro comunitário da comunidade retratando o seu viver, o dia a dia das pessoas denominados rabelados da remota aldeia de Espinho Branco. Dispoe de um ateliêr de pintura, exposição e venda das peças produzidas. A produção no dia a dia permite a afirmação e a difusão da identidade e melhoria o stock de capital social desenvolvida a partir da reciprocidade e sistema de participação civica (Verissimo, 2010).

A valorização da mão de obra local, além de possibilitar a inclusão e o reforço do capital social, impulsiona a atitude positiva para toda a comunidade, buscando uma nova dinâmica social. A partir da interação, da cooperação a associação instiga assim um maior desenvolvimento social e económico das comunidades.

- **Promoção da produção local - Rendimento e autoemprego sustentável**

A Abi-Djan tem também como ativo o apoio à produção dos produtos locais que beneficiam a comunidade buscando resgatar as pessoas em situação de riscos, promovendo a melhoria das suas condições de vida com vista a emancipação social.

Os produtos produzidos nas comunidades de Porto Madeira e Espinho Branco, através da venda direta, valorizam o seu modo de vida no meio onde vivem, dinamizam a economia local fortalecidas a partir de curtas cadeias de escoamento. A produção local, além de validar a importância do território, gera rendimento aos grupos e famílias e traduz no autoemprego sustentável para as pessoas da comunidade. No cerne das produções criativas das pessoas das comunidades sublinham-se as artes manuais, a pintura de expressão espontânea, individual, identitária e cultural de molduras, acessórios de decoração, artigos religiosos, malas, cestos, bijutarias, que fomentam a valorização dos recursos locais, a preservação cultural e o turismo rural.

Englobando a valorização do potencial da produção local constitui um modo estratégico da produção e consumo consciente, a possibilidade de conhecer o consumidor, no incentivo a demanda do consumidor, na educação ambiental face a sustentabilidade e o conhecimento do diferencial dos polos de consumo da comunidade e dos grandes centros.

O processo criativo dos produtos e a sua dinâmica de distribuição traduzem-se nas redes das relações entre as pessoas primadas pela economia solidária que permite, por um lado, alargar a consciência da diversidade cultural existente.

- **Educação para a paz – Espiritualidade e cultura de paz**

A associação Abi-Djan tem realizado um conjunto de atividades em algumas escolas do ensino básico trabalhando as dimensões afetivas com as crianças. A associação acredita que vivemos em tempos difíceis em que o mundo contemporâneo vem perdendo

valores e virtudes fundamentais como a compaixão, o amor, a tolerância, a autonomia e a alegria. Segundo a Mentora da Abi-Djan os maiores valores humanos têm sido ignorados pelos seres humanos desmerecendo a conexão entre o corpo e a mente, a natureza e o ser humano.

Considerando a reflexão concernente a uma maior cultura de paz, harmonia e autonomia dos seres humanos segundo a espiritualidade a associação tem dinamizado essas crianças em prol da autonomia e da criatividade face as marcas da complexidade moderna.

Com base nessa referência, a associação engajou-se a agrupamentos realizando trabalhos de pintura, artes criativas, folclore, contatos com a natureza, construção de cantos pedagógicos e peças recreativas com crianças a fim de reconhecerem o valor da criatividade, da intangibilidade das produções criativas culturais e auscultarem a própria autoria, considerando o fluxo da energia positiva, práticas pacíficas e educação para a paz baseadas na tolerância, e solidariedade inspirando o bem estar comum.

Sob essa abordagem opera na tentativa de inculcar a paciência, a compreensão, a convivência e o diálogo tornam-se condições ideais da ação educativa a favor da construção da paz como acontecimento coletivo e comunitário.

- **Turismo cultural – Promoção cultural e da comunidade**

O turismo cultural tem sido um dos grandes focos da associação Abi-Djan para com as comunidades de intervenção. Os conjuntos de atividades culturais desenvolvidas localmente comprometem-se com a promoção do patrimônio cultural e natural das comunidades. Atrair as pessoas do mundo para visitar e conhecer as aldeias concilia a uma das formas dessas comunidades obterem referências ao nível nacional e internacional.

Na comunidade de Espino Branco, os rabelados vivem em fungos de palha, madeira e cisa sem acesso aos apertados do pavimento ou revestimento, porém a reprodução desta lógica da cultura tradicional, esta articulada aos costumes e a tradição antiga atípica ao próprio país, que ora são incorporadas as potencialidades do turismo rural.

A identidade, os costumes e as tradições de Porto Madeira e dos Rabelados de Espinho Branco demarcados como conjunto de ações desenvolvidas no meio rural fazem parte de atividades turísticas contextuais. O modo de vida, a agregação do valor presente e a verticalização faz-se presente na produção de pequena escala do artesanato como produtos turísticos.

Na perspetiva do impulso do *design* da comunidade, Porto Madeira salvaguarda as potencialidades turísticas da comunidade e dispõe da ancoragem com a denominação de aldeia criativa Porto Madeira. Um dos projetos de destaque existentes é as 10 casas, 10 ilhas, isto é, cada casa representando uma ilha de Cabo Verde, orientado para o turismo rural com enfoque na conexão com as famílias locais e desenvolvimento local.

O projeto pressupõe construção das casas em Porto Madeira para a estadia de artistas de todo mundo desenvolvendo oficinas de especialidades na comunidade, que impulsiona mais dinâmica ao meio rural e preservando a harmonia cultural. Os artistas vivenciam a experiência cultural de forma mais profunda propiciado pelo encontro artístico.

A conexão íntima com a comunidade, e a comunidade com o mundo externo possibilita a valorização da identidade cultural, a partilha de experiências culturais, o conhecimento e integração diminuindo, o distanciamento com o mundo afora.

- **Turismo rural – Promoção do desenvolvimento local**

A associação agrega atividades turísticas às comunidades comprometendo-se com o turismo rural como alternativa económica. Com o intuito de procura de solução para a degradação das comunidades rurais, pobreza e diminuição do exodo rural, a associação tem trabalhado na intensificação da produção agropecuária sustentável, construção de infraestruturas ao nível local, reforço do abastecimento de água, telefone e equipamentos (como construção das casas de banho para as famílias locais), propiciando valor aos serviços e produtos locais que constituam razões de visita revitalizando o tecido económico local e valorização territorial de Porto Madeira e Espinho Branco.

Em Santa Cruz, concelho onde se localiza Porto Madeira, cerca de 60% da população usa a lenha para cozinhar paralelamente a um modo de vida ainda peculiar do mundo

rural. Porém, uma prática no contexto da Comunidade de Porto Madeira e Espinho Branco a ser aproveitada.

Constituindo o turismo rural atualmente uma atividade geradora de rendimento e de desenvolvimento a partir de diversas formas, a Abi-Djan tem ressaltado a hospedagem pelas famílias, a alimentação, recreação, entretenimento e as atividades pedagógicas contextuais da cultura comunitária ao rural como um meio da sua intervenção.

Pois, a Abi-Djan tem primado pela prestação de serviços de hospitalidade das famílias nas comunidades de intervenção. Esta enfoca-se na autenticidade dos fatores culturais por meio do resgate das manifestações e práticas comunitárias como atividades turísticas e as práticas sociais e aliadas aos costumes e tradições, inspiradas no meio ambiente e da natureza como elementos de oferta aos serviços turísticos.

4.4 Análise e interpretação dos dados

De referir que a análise se estriba na percepção dos inquiridos, a partir dos dados recolhidos com a aplicação do questionário complementados com a realização de entrevistas.

4.4.1 Perfil dos beneficiários envolvidos/inquiridos

Sexo dos inquiridos

De acordo com os recentes dados estatísticos das projeções demográficas do INE (Municípios, 2016/2017), os Concelhos de Santa Cruz e São Miguel apresentam uma população maioritariamente feminina. Deota-se um ligeiro predomínio do sexo feminino sobre o masculino nesses concelhos, visto que Santa Cruz apresenta 54,6% de população feminina e 49,4% masculina, na mesma linha em São Miguel 54,2% se refere a população feminina e 45,8% masculina. Os mesmos dados (INE-IMC-2017) são registados a escala nacional indicando a distribuição da população de 50,2% do sexo feminino e 49,8% do sexo masculino.

Dos 33 inquiridos, 51,5% são do sexo feminino e 48,5% do sexo masculino, registando-se, assim, uma distribuição quase proporcional da amostra nas referidas comunidades de Porto Madeira e Espinho Branco. Todavia, há o domínio do sexo feminino em relação ao masculino como acontece a nível nacional, reflectindo de forma pouco positiva nas condições de vida das famílias.

Porém, estudos referentes às zonas do Censo 2010 (INE) demonstram que as comunidades em análise apresentam maior discrepância entre a distribuição dos sexos isto quando se verifica que na comunidade de Porto Madeira em Santa Cruz 63% dos representantes dos agregados familiares são mulheres e 60% correspondem a Espinho Branco, o que confirma a representação da maioria da população feminina no país.

Inquiridos /Sexo/	Masc.	Fem.	Total
%	48,5	51,5	100

Quadro 1 - Distribuição dos inquiridos por sexo.

Fonte: Dados da pesquisa

Idade dos inquiridos

Os dados relativos as idades dos inquiridos podem ser examinados na tabela a seguir indicada. A leitura desta tabela permite constatar que a faixa etária dos inquiridos envolvidos nas iniciativas do empreendedorismo social está concentrada entre 26 e 36 anos (36,4). De uma forma geral, nota-se algum engajamento em todas as faixas, pelo que se constata que revelam o empreendedorismo social como sendo uma das ferramentas de promoção da melhoria da qualidade de vida, da promoção do autoemprego, ou do aumento do rendimento dos beneficiários afetos.

Dados das projeções demográficas do INE (São Miguel-2016) indicam que em São Miguel as faixas onde se concentram maior número de pessoas são de 0 a 14 anos correspondendo a 27,8% da população residente nesse concelho, a par de Santa Cruz em que os mesmos dados relatam que a mesma faixa apresentando 30,9% da sua população.

Nota-se que dos inquiridos, 24,2% compreende a faixa dos 16 e 25 anos, uma franja bastante jovem que vem demonstrando interesse e utilidade em desenvolver capacidades e competências empreendedoras com impacto social. Os estudos das projeções demograficas registaram as idades médias dos Concelhos sendo 27 anos referente a

Santa Cruz e 29 a São Miguel, podendo ser otimizados do fenómeno do empreendedorismo social.

Inquiridos [Faixa etária]	16.25	26-36	37-65	+65	Total
%	24,2	36,4	24,2	15,2	100

Quadro 2 - Distribuição dos inquiridos por faixa etária

Fonte: Dados da pesquisa

Estado civil dos inquiridos

Quanto ao estado civil, a maior parte dos beneficiários inquiridos encontra-se em situação de união de fato (48,5 %), quando comparados com os que são casados (12,1%). Refira-se, no entanto, que 16,7 % (na categoria de outros) são efectivamente ocorrências de divórcios e com maior percentagem para uniões de facto.

Estado Civil	%
Casado	12,1
Solteiro	33,3
Viúvo	6,1
União de fato	48,5
Total	100

Quadro 3 - Distribuição dos inquiridos segundo o estado civil

Fonte: Dados da pesquisa

Número de filhos

De acordo com a população inquirida, pode-se considerar a preponderância de inquiridos com mais de 3 filhos. Pois, 51,5% dos beneficiários inquiridos na amostra responderam ter 3 ou mais filhos influenciando directamente no volume do agregado familiar, o que nos leva a afirmar que há prevalência de agregados numerosos.

Os que não tem filhos constituem 6,1% do universo total da amostra. E, por fim, realça-se que nenhum dos inquiridos apresenta mais do que 9 agregados familiares.

Contudo, por outro lado, face aos dados recolhidos, parece possível afirmar que à medida que cresce o número de filhos aumenta o tamanho do agregado familiar o que por sua vez aumenta o nível de pobreza, justificando a necessidade da procura formas

de sobrevivência. Na verdade, a dimensão média do agregado familiar se concentra de forma mais intensa no meio rural representada por 3,9% (dados do agregado familiar (Agregado familiar- 2016) e o Censo 2010 demonstra que em Porto Madeira 50% população apresenta 5 a 10 pessoas no agregado familiar.

Inquiridos [Nº de filhos]	Não tem	Até 3 filhos	Mais de 3 filhos	Total
%	6,1	42,4	51,5	100

Quadro 4 - Distribuição dos inquiridos por número de filhos

Fonte: Dados da pesquisa

Nível de instrução dos inquiridos

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos inquiridos, 45,5% dos mesmos relatam não ter nenhuma instrução, ou que nunca frequentaram a escola. Mais da metade (aproximadamente 80%) dos envolvidos nas ações do empreendedorismo social das comunidades de Porto Madeira e Espinho Branco têm apenas o nível de ensino primário como se apercebe da tabela abaixo indicada.

Não obstante, existirem alguns casos dos inquiridos com formação técnico-profissional, (na categoria de outros), mas são em número reduzido (3%).

De referir um défice considerável na aposta na educação e capacitação pelos envolvidos acarretando no nível de formação relativamente baixo dessas pessoas. De constatar também que os dados do Censo 2010 (INE) evidenciam que Porto Madeira apresenta uma taxa de analfabetização de 40% e Espinho Branco a mesma corresponde a 56,3%.

Estudos acerca da educação no país contrariam tais comunidades, pois dados do QUIBB (2006) indicam que mais de 60 % dos cabo-verdianos estavam satisfeitos com a Educação e, recentemente, o Inquerito MultiObjetivo Continuo (INE-2017) demonstra uma taxa de alfabetização juvenil nacional (15 a 24 anos) de 98,9%.

Na mesma linha, em Santa Cruz (Projeções demográficas -2016), apontam uma taxa de alfabetização correspondente a cerca de 85% da faixa etária da população de 15 ou mais anos e de 99% da faixa de 15 aos 24 anos, evidenciando que apenas 9% da população do concelho nunca frequentou a escola.

Comparativamente esses estudos indicam que as comunidades em análise possuem cerca 40 a 60% da população ainda analfabeta, considerada abaixo da média nacional, podendo influenciar diretamente no processo de desenvolvimento das mesmas.

Refira-se, ainda, que apenas 1% dos inquiridos frequentou de algum modo o ensino superior, 18,2% concluíram o nível de ensino secundário.

[Nível de escolaridade]	Sem instrução	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior	Outro	Total
%	45,5	33,3	18,2	1,0	2,0	100

Quadro 5 - Distribuição dos inquiridos segundo nível de instruções

Fonte: Dados da pesquisa

Situação profissional

Quanto à situação face ao emprego, 39,4% dos inquiridos encontravam-se profissionalmente ativos (24,2% por conta própria e 15,2% por conta doutrem). Porém, a maioria de 36,4% encontrava-se desempregado e 6,1% aposentados. Assim, ilustra-se que a 6,0% encontram-se a procura do primeiro emprego e 12,1% (considerando a categoriaoutro) se posicionam em condições profissionais muito instáveis, isto é, com ofertas de trabalhos esporádicos.

Localidades	%
Emprego por conta própria	24,2
Emprego por conta de outrem	15,2
Desempregado	36,4
À procura do 1º emprego	6,0
Reformado	6,1
Outro	12,1
Total	100

Quadro 6 - Distribuição dos inquiridos segundo a situação profissional

Fonte: Dados da pesquisa

4.4.2 Contribuições das iniciativas de empreendedorismo social da associação no seu quotidiano

Reflexo das iniciativas do empreendedorismo social implementado pela associação na mudança de vida

Os inquiridos avaliam de forma bastante positiva às iniciativas do empreendedorismo social implementadas pela associação, bem assim o seu impacto. Na verdade, os dados mostram que 84% dos inquiridos consideram que estas iniciativas tiveram reflexos na mudança da sua condição de vida, dos quais 27% consideram que tiveram muito reflexo.

O conjunto de atividades do âmbito do empreendedorismo social desenvolvido pela Abi-Djan como a valorização do panorama da comunidade e as diferentes formas de turismo e não só tem chamado atenção convergindo com a avaliação favorável das pessoas envolvidas nestas iniciativas.

As iniciativas salientam-se como dinâmicas de observância comunitárias optimista e importantes sob o ponto de vista do empreendedorismo social comungando às componentes do processo do desenvolvimento local contatadas na imprimida consciencialização da mobilização das potencialidades locais orientada pela ação colectiva a partir da co-responsabilidade, do laço social e demais ativos sociais que compõem ou moldam os valores e os interesses dos grupos criando o valor social (Bose, 2013).

Apenas uma percentagem diminuta (6%) considerou que essas iniciativas não tiveram reflexos, isto é, avaliam de forma negativa o seu impacto.

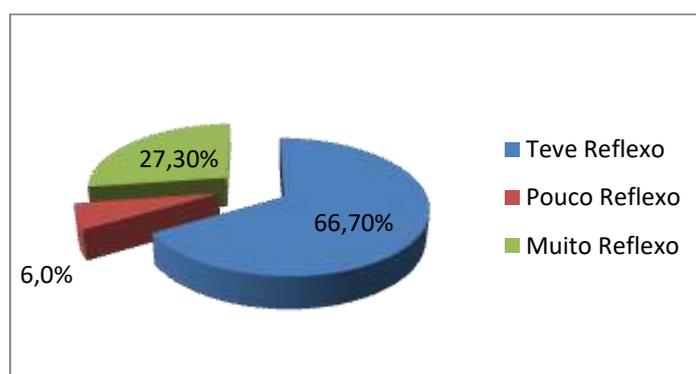


Gráfico 1 - Reflexo na mudança de vida

Fonte: Dados da pesquisa

Contribuições do empreendedorismo social desenvolvido pela associação constatadas

Relativamente à contribuição das iniciativas, podemos considerar que as iniciativas com maior impacto foram aquelas que traduziram no acesso às necessidades básicas representada por 30,3%. De acordo com os inquiridos, os impactos das ações do empreendedorismo social desenvolvidas nas suas comunidades destacam-se essencialmente nas dimensões norteadas para a satisfação das necessidades básicas como a educação, a habitação ou as condições habitacionais, a alimentação, a saúde.

O acesso aos principais meios de subsistência humana associadas ao cumprimento das condições básicas de vida em qualquer contexto ou território como alimentação e assistência médica bem como os serviços sociais necessários de sobrevivência são dimensões do desenvolvimento pois, como friza Sen (2002), o desenvolvimento está relacionado essencialmente “à melhoria de vida que levamos e as liberdades que desfrutamos”. (Sen citado por Cabreira, 2002: 33).

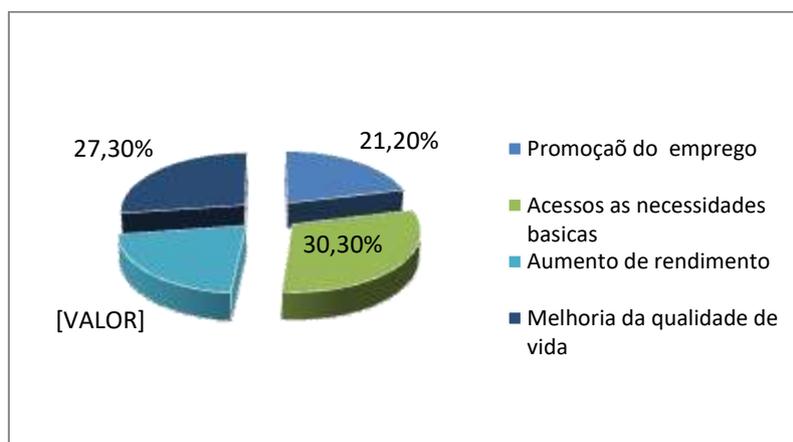


Gráfico 2 - As diferentes contribuições constatadas

Fonte: Dados da pesquisa

Contribuição do empreendedorismo desenvolvido pela associação na criação do valor social

A avaliação bastante positiva das iniciativas de empreendedorismo social implementadas pela associação também se expressa quando se analisa a sua contribuição para a criação do valor social. Efectivamente, 97% dos inquiridos

consideram que essas iniciativas contribuíram para a criação de valor social, dos quais 15% consideram que contribuiu muito. Somente 3% consideram que contribuiu pouco.

Atendendo ao grau de representatividade dos inquiridos, tendo em conta a constatação positiva, convém assinalar que essas iniciativas têm tocado os problemas comunitários complexos e multidimensionais e constituído uma proposta pedagógica privilegiada pela comunidade.

Acresce-se ainda que, enquanto catalisador das transformações sociais, o empreendedorismo social procura melhorias sociais e a transformação da realidade social. A esse respeito, Parente et al. (2013) referem que o sentido do empreendedorismo social se conecta fortemente com os fatores que influenciam a criação do valor social, isto é, com base no etnodesenvolvimento apoiadas na construção de estratégias da economia solidária incorporadas em práticas económicas e sociais de desenvolvimento sustentável.

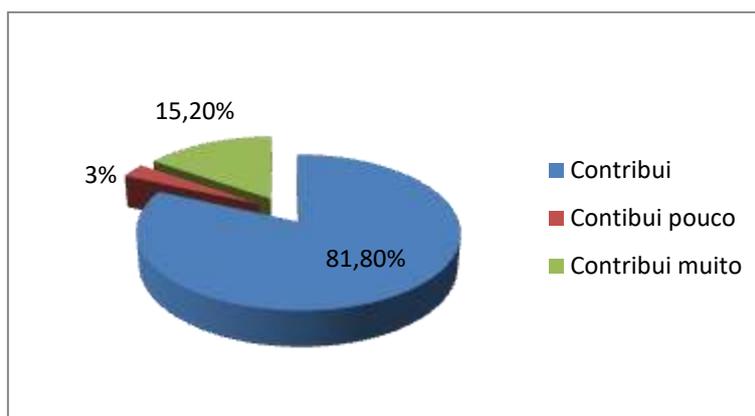


Gráfico 3 - Contribuição na criação do valor social

Fonte: Dados da pesquisa

A impulsão do empreendedorismo social pela associação como forma de propiciação de oportunidades as comunidades

Além de avaliarem de forma bastante positiva a participação e o envolvimento da comunidade nessas iniciativas, os inquiridos também consideram que essas iniciativas propiciam mais oportunidades para a comunidade. Essa avaliação é partilhada por 88% dos inquiridos, dos quais 24% consideram que propicia muitas oportunidades. De realçar que 9% consideram que propicia poucas oportunidades e 3% consideram que propicia pouco.

Silva (2012) realça o empreendedorismo como um processo dinâmico que envolve a combinação da identificação das oportunidades, consistindo na reorganização de elementos da inclusão com vista a criação de possibilidades. As ações desenvolvidas no quadro do empreendedorismo social tanto na comunidade de Porto Madeira como Espinho Branco estão assentes na identificação de oportunidades como enfrentamento da exclusão económica e social e servem como canal para inserção e reinserção, emprego, rendimento mínimo, moderação da situação da pobreza extrema.

Nesta perspectiva, a grande franja dos inquiridos considera que as atividades incidem na reparação das desigualdades locais apropriando do propósito de gerar oportunidades as pessoas da comunidade. Sob o ponto de vista central institui-se como resgate da cidadania, ou seja na ampliação das liberdades substantivas, aumento do capital social, autonomia das comunidades.

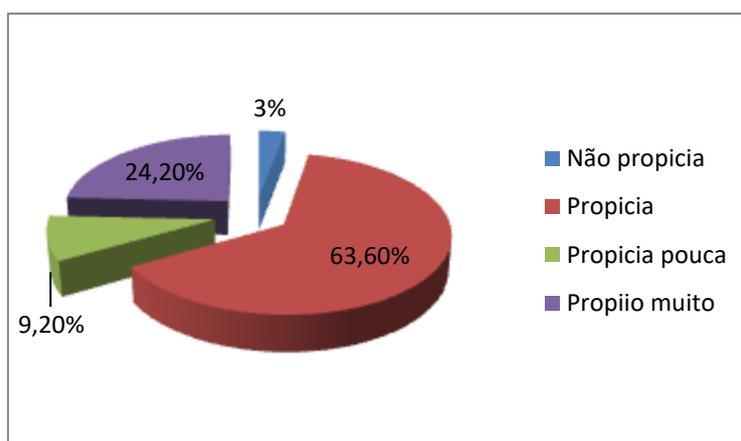


Gráfico 4 - Propiciação de oportunidades para as comunidades

Fonte: Dados da pesquisa

4.4.3 Percepção quanto ao empreendedorismo social, associativismo e desenvolvimento local

O empreendedorismo social desenvolvido pelas associações na impulsão do associativismo e sua sustentabilidade

Quanto à percepção do empreendedorismo social face ao associativismo, os dados revelam que 60,6% dos inquiridos relatam que as iniciativas impulsionam o associativismo e a sua consequente sustentabilidade e, 9,1% considera que não ajuda na

promoção associativismo e consequentemente sua sustentabilidade. A par disso, pode-se afirmar que os inquiridos acreditam que o empreendedorismo social pode fomentar a dinâmica das organizações sociais ou concretamente as associações de desenvolvimento local.

O empreendedorismo social pode traduzir-se num canal de afirmação dessas associações implicadas no processo de desenvolvimento local que, segundo Duarte (2007, p. 64), têm em vista, “o aumento do bem-estar das populações e a satisfação das suas necessidades fundamentais, com base nas suas capacidades”.

Refira-se que em Cabo Verde existem cerca de mais de duas centenas ONG’s que implementam ações de desenvolvimento, notoriamente na redução da pobreza das populações pobres e muito pobres, não deixando de ser pertinente ressaltar que os inquiridos demonstram que o engajamento das mesmas face ao empreendedorismo social se faz como uma forma de empoderamento das próprias associações e das comunidades de atuação do arquipélago. (Plataforma das ONG’s de Cabo Verde, 2008 7).

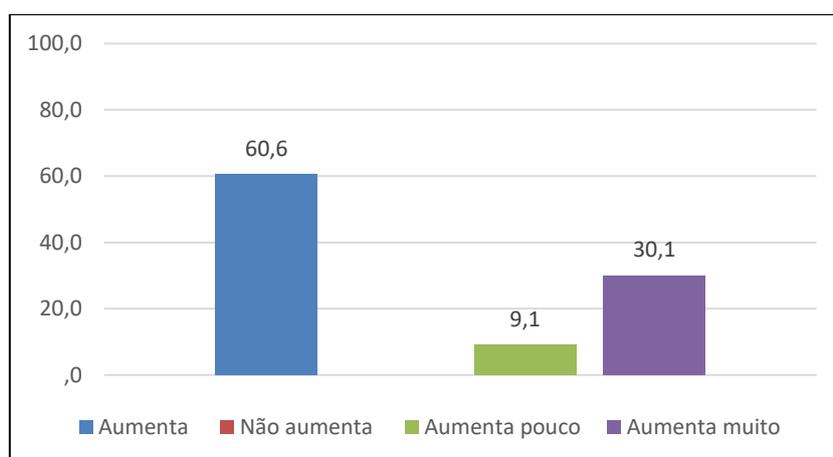


Gráfico 5 - Na impulsão do associativismo e sua sustentabilidade

Fonte: Dados da pesquisa

Contribuição do empreendedorismo social na proximidade entre as associações e a comunidade

Os inquiridos envolvidos nas iniciativas de empreendedorismo social avaliam de forma positiva a contribuição do empreendedorismo social como elemento facilitador de proximidade entre as associações e a comunidade, isto é, cerca de 70% consideram que

essas iniciativas possibilitam maior proximidade entre associações e a comunidade. De acordo com alguns estudiosos, a participação das populações constituiu um indicador fulcral no processo de desenvolvimento.

Neste sentido, o associativismo marca a diferença e reflete como uma das formas de se posicionar no que tange à educação para a cidadania, a cidadania ativa, participação nas decisões comunitárias e na resolução dos próprios problemas.

Compete ao contexto da vida associativa a consciência da realidade local e uma atitude pró-ativa do cidadão que ao fim ao cabo constitui o elo as iniciativas do empreendedorismo social com vista a renovação da própria intervenção social nas comunidades

De realçar que 30,1% dos inquiridos consideram que essas iniciativas otimizam de forma evidente a proximidade entre as associações e a comunidade. As associações têm tido um papel indispensável no processo de desenvolvimento local sendo também referidas como interessantes dinâmicas comunitárias e o empreendedorismo social pode ser uma estratégia para a afirmação das associações, apoiado no “processo do desenvolvimento integrado com indivíduos preparados, responsáveis e comprometidos” (Plataforma das ONG’s de Cabo Verde, 2008: 59).

Em sentido contrário, cerca de 10% dos inquiridos relatam que o empreendedorismo social influencia de forma incipiente ou gera pouca proximidade entre a comunidade e as associações. Todavia, nenhum considera que não gera proximidade.

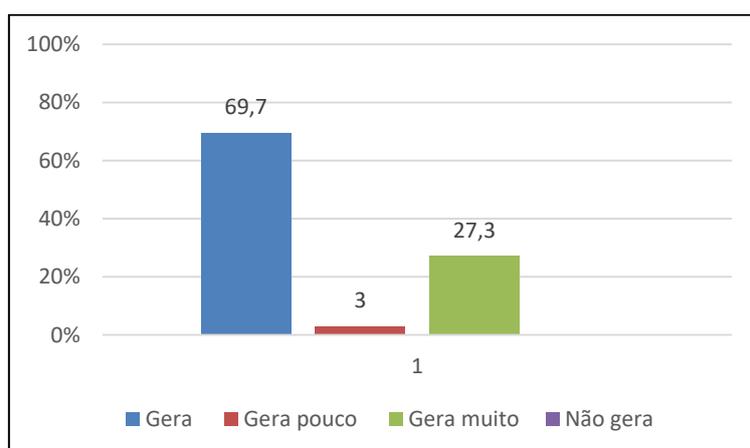


Gráfico 6 - Proximidade entre as associações e a comunidade

Fonte: Dados da pesquisa

Contribuição do empreendedorismo social no seio das associações no aumento da justiça social e da coesão social

Os dados além de revelarem uma avaliação positiva no que tange ao desenvolvimento do empreendedorismo social pelas associações, indicam como fator que amplia a possibilidade das associações conseguirem atuar no aumento da justiça social e obtenção da coesão social. Pois, a maioria dos inquiridos 81,8% apontam que o desenvolvimento do empreendedorismo social no seio das associações pode estar diretamente implicadas na articulação ou obtenção da integração, fortalecendo a colaboração, a solidariedade e, por sua vez, a justiça social desafios decorrentes ao desenvolvimento local.

A esse respeito, a coesão e a justiça social ganham importância não só pela condição de pobreza das comunidades, mas também por desejarem assumir a capacidade do auto-desenvolvimento local. Assim Wanderley (1993: 78) sublinha que o desenvolvimento local é um instrumento de incorporação da população, em que cada um dos sujeitos constitui actores reflexivos e activos, capazes de se organizar e de se integrar, participando no processo do auto-desenvolvimento.

Com base nas ações do empreendedorismo social as associações podem ser agentes estimuladores dos fundamentos da coesão e justiça social ou próprios sujeitos da obtenção de uma sociedade mais coesa e justa.

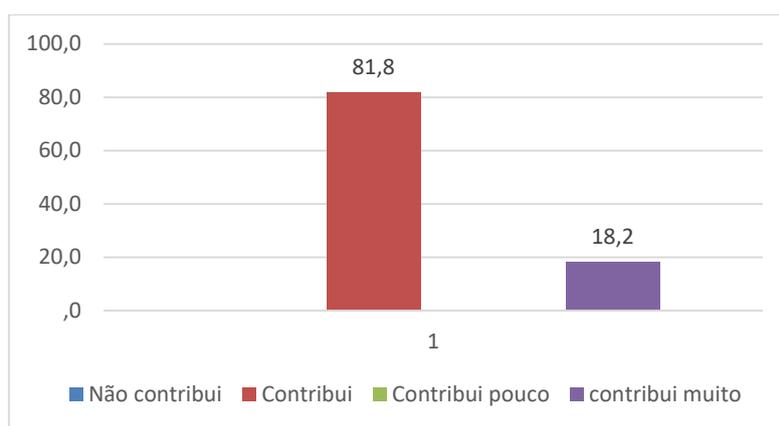


Gráfico 7 - No aumento da justiça social e da coesão social

Fonte: Dados da pesquisa

A avaliação da participação e o envolvimento da comunidade às iniciativas do empreendedorismo social

Os inquiridos não só avaliam de forma bastante positiva as iniciativas do empreendedorismo social implementadas pela associação, como também fazem a mesma avaliação no que se refere à participação e o envolvimento da comunidade nessas iniciativas. Neste sentido, os dados apontam que 70% dos inquiridos consideram que a comunidade participa muito nessas ações e 15% consideram que as mesmas tiveram um envolvimento positivo.

Compulsando esses dados, podemos notar que para 85% dos inquiridos da comunidade participou ou teve envolvimento positivo nessas iniciativas. De referir, entretanto, que 15% dos inquiridos consideram que houve pouca participação.

Refira-se ainda que a participação e o engajamento viabilizam o processo de resposta multidisciplinar do empreendedorismo social que é apresentado como a mobilidade das capacidades para o enfrentamento da pobreza e demais carências sociais nas comunidades de Porto Madeira e Espinho Branco baseados em modos eficazes da mobilização de recursos e oportunidades locais. E Oliveira (2004 16) refere que o empreendedorismo social diz respeito a um processo da gestão social e das relações entre os segmentos da sociedade a partir do processo da interação, cooperação e capital social com enfoque nas pessoas e na situação de risco, podendo gerar mudanças”.

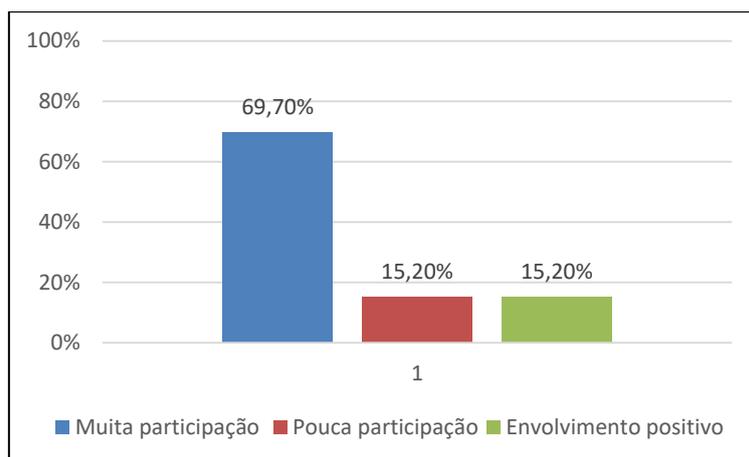


Gráfico 8 - Envolvimento e participação da comunidade

Fonte: Dados da pesquisa

Conclusão

Lidar com os desafios sociais e ultrapassar as fragilidades locais afiguram-se como indagações complexas, porém exprimem-se cada vez mais como preocupações de raiz comunitária.

O empreendedorismo social evidenciado no estudo de caso para este trabalho se evidencia como fonte de oportunidades e encorajamento ao desenvolvimento traduzidas a partir da influência na capacidade de resposta autônoma aos desafios das famílias e das comunidades.

Do estudo efetuado tendo em conta a pergunta de partida, a hipótese, e os objetivos traçados como fios condutores o enfocou-se a volta da temática central a dinâmica associativa e o impulso do desenvolvimento local.

Relativamente a hipótese delineada ela se confirma, isto verificando que as iniciativas do empreendedorismo social desenvolvidas pela Associação Abi-Djan têm traduzido no desenvolvimento local uma vez que 30% dos inquiridos relatam que elas permitiram obter ou melhorar o acesso às suas necessidades básicas com impactos satisfatórios ao nível da melhoria habitacional, acesso à educação, assistência à saúde e melhoria na alimentação indicadores associados ao processo de desenvolvimento. Por outro lado, a avaliação demonstrou-se positiva visto que 21,2% dos inquiridos retrataram que essas iniciativas tiveram efeito positivo na promoção do emprego, e no aumento do rendimento. 27,3% demonstrou que em combinação essas iniciativas tiveram efeitos na melhoria da sua qualidade de vida.

No que tange ao objetivo específico referente à análise da dinâmica do associativismo face ao empreendedorismo social no arquipélago é de referir que do inquerito realizado 81% dos inquiridos frizaram que a impulsão do empreendedorismo social pela associação como forma de propiciação de oportunidades às comunidades o que ressalta uma apreciação positiva da dinâmica associativa face às iniciativas do empreendedorismo social. Da mesma forma cerca de 90% avaliam positivamente esta dinâmica visto que consideram que as associações estão diretamente implicadas na articulação ou obtenção da integração, fortalecendo a colaboração, a solidariedade e, por sua vez, a justiça social desafios decorrentes ao desenvolvimento local. Não obstante as instituições de desenvolvimento local no país entrevistadas relataram por sua vez que o

fenomeno carece de mais atenção tendo em conta os poucos recursos. Além destas dificuldades estas também frisam que a confusão no campo prático efetivo dessas iniciativas, uma vez que se os desafios são inúmeros e se encontra na sua fase de reconhecimento por muitas ONG's em Cabo Verde.

No que se refere ao segundo objetivo específico, conhecer e analisar o empreendedorismo social desenvolvido pela Associação Abi-Djan conheceu-se percorrendo e analisando o leque das iniciativas desenvolvidas nas comunidades abrangidas segundo a intervenção e os objetivos da associação.

No tocante ao terceiro objetivo específico, conhecer o reflexo do empreendedorismo social na promoção do desenvolvimento local em Cabo Verde foi alcançado a par o objetivo central deste estudo constatando ao longo do trabalho uma relação direta entre as iniciativas do empreendedorismo social desenvolvidas pelas ONG's com o desenvolvimento local nas comunidades de intervenção.

Com efeito, pode-se concluir que a mobilização e a organização comunitária das pessoas que partilham das condições socioeconómicas comuns das comunidades de Porto Madeira e Espinho Branco são processos despertados a partir das iniciativas do empreendedorismo social imprimidas pela associação com o objetivo da participação contínua da melhoria gradual das condições de vida.

Dos inquiridos abrangidos 84% relatam que essas iniciativas tiveram reflexos na mudança da sua condição de vida, observando algumas soluções efetivas aos problemas vigentes e 97% dos inquiridos consideram que essas iniciativas contribuíram para a criação de valor social.

No fundo, os dados deste estudo revelam que na perspectiva dos inquiridos as ações levadas a cabo pela associação apesar de exercerem influência decisiva contribuem para otimizar recursos, mobilizar competências de uma forma ágil e inovadora.

Não obstante, as instituições relatam o nível incipiente e vulnerável das práticas do fenómeno do empreendedorismo social imprimidas nas associações nos territórios e comunidades em Cabo Verde segundo constata-se que a partir do fenómeno, flui o processo de empoderamento das comunidades, a promoção do associativismo, enfraquecendo estruturalmente a pobreza. Por meio destas frentes de ação as

comunidades tornam-se capazes de solucionar os problemas éticos de governança fortalecer a participação popular e combater a desesperança.

Bibliografia

Amaro, Rogério (2009), “A Economia Solidária da Macaronésia: Um novo conceito” *Revista de Economia Solidária*.

Alves, José (2013), *Cabo Verde, de uma economia de renda para um modelo de economia sustentável*. Edições Almedina. Coimbra.

Ashoka (2002), «Fundação para o Empreendedorismo Social»

Ashoka “social Entrepreneur” http://www.ashoka.org/social_entrepreneur (3 de Dezembro de 2016)

Bornstein, David. (2007). *Como mudar o mundo: os empreendedores sociais e o poder de novas ideias*. Alfragide: Estrela Polar.

Castro, Terezinha (1981), *África: Geohistória, geopolítica e relações internacionais*. Editora biblioteca do exército, Rio de Janeiro.

Carvalho, José (2008), “Economia solidária: Uma perspectiva sobre a experiência em Cabo Verde”, Dissertação de Mestrado em..., Brasília, Universidade de Brasília.

Cooper, D. e Schindler, P. (2003), *Métodos de pesquisa em Administração*. 7ª Edição, Porto Alegre, Bookman.

Dees, Gregory (1998), “The meaning of social entrepreneurship, working paper for The Centre of Social Innovation”, Harvard Business School, Harvard University.

Dees, Gregory (2001). “O significado de empreendedorismo social” (versão original 1998). In <http://www.uc.pt/feuc/ceces/ficheiros/dees>. (Acesso a 18 de Janeiro de 2017).

Duarte et al. (2007) *Manual de Técnicas de Gestão Municipal – Projeto de Consolidação das Capacidades da Administração Pública – Ação de Formação Piloto-Praia s.a.*

Drucker, Peter (1985), *Innovation and entrepreneurship: Practice and principles*, New York, Harper Business.

INECV (2010a), Inquérito ao Emprego 2009. Praia: INECV.

INECV (2010b), Resultados preliminares do IV recenseamento geral da população e habitação – Censo 2010. Praia: INECV.

INECV (2012a), *Estatísticas do turismo: Inquérito aos gastos e satisfação dos turistas 2011*. Praia: INECV. INECV (2012b), *Inquérito ao Emprego 2011*. Praia: INECV.

KLIKSBERG, Bernardo (2003), *Falacias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo. Cortez; Brasília. DF: UNESCO, 2003, 2 edição.

Kinney, T. e Taylor J. (1987), *Marketing research: An applied approach*. 3ª Edição. New York. McGraw-Hill.

Miranda I. Moreira (2001) Brasil: em busca de um novo padrão de desenvolvimento

OIT (2012), *A proteção social em Cabo Verde: Situação e desafios*. Geneva: OIT.

Oliveira, Edson. “Empreendedorismo social no Brasil: Atual configuração, perspectivas e desafios – notas introdutórias”, Rev. FAE, Curitiba, v.7, n.2, p. 9-18, jul./dez. 2004.

Parente, Cristina (ed.) (2014) *Empreendedorismo social em Portugal*. Porto: Universidade do Porto, <http://web3.letras.up.pt/empsoe/index.php/e-book> [11 de fevereiro de 2015].

Parente, Cristina et. al. (2011) “Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição” in *Atas XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho – Emprego e coesão social: Da crise de regulação à hegemonia da globalização*. Lisboa 26-27 de Maio de 2011. Lisboa: APSIOT.

Laville, Jean-Louis e Gaiger, Luiz (2009), “Economia Solidária”, in António Cattani et al. (orgs.), *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina.

Quintão, Carlota (2004), “Empreendedorismo social e oportunidades de construção do próprio emprego”. Seminário do Trabalho Social e Mercado de Emprego, Porto: Universidade Fernando Pessoa. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Say J-B (2001 [1803]), *Traité d'économie politique ou simple exposition de la manière dont se forment, se distribuent et se consomment les richesses*, Boston, Adamant Media Corporation.

Smith, Adam (1999). *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. Fundação Calouste Gulbenkian, 3.^a Edição.

Schumpeter, Joseph (1950), *Capitalism, socialism and democracy*, 3rd ed, New York, Harper-Collins.

Singer, Paul (2002), “A recente ressurreição da economia solidária no Brasil”, in SANTOS, B. (org) *Produzir para viver: Os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

Stiglitz, Joseph (2013), *The price of Inequality*. 1^o Edição Editora Bertrand.

Wanderley, Mariangela (1993), *Metamorfoses do desenvolvimento de comunidade*. 2^a ed, São Paulo, Cortez Editora.

Veríssimo, Paulo (2010), “*Capital social e políticas públicas: Análise da implementação do Programa de Luta Contra a Pobreza no Meio Rural nos municípios de São Miguel e Tarrafal*”, Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, Universidade de Cabo Verde.

Yunus, Muhammad (2011), *A Empresa social – a nova dimensão do capitalismo para fazer face às necessidades mais prementes da humanidade*, Lisboa, Editorial Presença.

Yin, R.K (ano), *Estudo de Caso: Planeamento e Métodos*, 2^a ed, Porto Alegre, Booknam.

Ziegler, Rafael (2009), *An introduction to Social Entrepreneurship – voices, preconditions, contexts*; Cheltenham, UK; Edward Elgar Publishing

Anexos

A)

Questionário

O presente questionário, elaborado no quadro da obtenção do grau de mestrado em Economia Social e Solidária (ISCTE-IUL), visa obter junto dos beneficiários/utentes da associação Abi-Djan envolvidos em iniciativas de empreendedorismo social, informações sobre o reflexo do mesmo no seu dia-a-dia.

I- Caracterização socioeconómica do inquirido

Idade:

16-25

26-36

37-65

+de 65

Sexo:

F

M

Estado Civil:

Casado

Solteiro

Viúvo

Separado

União de fato

Habilitações académicas:

Sem instrução

Primario

Secundario

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

Outro

Nacionalidade:

Cabo verdiana

Portuguesa

Brasileira

Espanhola

Angolana

Italiana

Outra

Situação profissional:

Emprego por conta própria

Desempregado

Estudante

Empregado por conta de outrem

À procura do 1º emprego

Domestico

Reformado

Outro

II-Contribuições das iniciativas de empreendedorismo social da associação no seu quotidiano

As iniciativas do empreendedorismo social implementadas pela associação tem tido reflexo/mudanças na sua vida?

Não teve nenhum reflexo

Pouco reflexo

Teve reflexo

Muito reflexo

Quais são contribuições do empreendedorismo social desenvolvido pela associação constatadas na sua vida?

Promoção do emprego

Aumento do rendimento

Acesso as necessidades básicas

Melhoria da qualidade de vida

O empreendedorismo social constitui um dos impulsos eficientes e com soluções inovadoras para os problemas sociais na comunidade?

Sim constitui

Não constitui

Constitui pouco

Constitui muito

Considera que empreendedorismo social implementado pela associação contribuiu para a criação do valor social?

Não contribui

Contribui pouco

Contribui

Contribui muito

A impulsão do empreendedorismo social pela associação seria uma forma de propiciar mais oportunidades as comunidades?

Não propicia

Propicia pouco

Propicia

Propicia muito

III-Percepção quanto ao empreendedorismo social ao associativismo e ao desenvolvimento local

Acredita que as ações do empreendedorismo social desenvolvidas tem traduzido no empoderamento das famílias?

Não empodera

Pouco empodera

Empodera

Empodera muito

Considera que a abordagem do empreendedorismo social pelas associações aumenta a capacidade dos movimentos associativos e sua sustentabilidade?

Não aumenta

Aumenta pouco

Aumenta

Aumenta muito

O empreendedorismo social nas associações gera proximidade entre as associações e a comunidade?

Não gera

Gera pouco

Gera

Gera muito

Considera que o desenvolvimento do empreendedorismo social no seio das associações contribui para o aumento da justiça social, e da coesão social?

Não contribui

Contribui pouco

Contribui

Contribui muito

Como avalia a participação e o envolvimento da comunidade às iniciativas do empreendedorismo social?

Nenhum envolvimento

Pouca participação

Muita participação

Envolvimento positivo

B)

Guião de entrevista

O presente guião de entrevista, elaborado no quadro da obtenção do grau de mestrado em Economia Social e Solidária (ISCTE-IUL), visa obter junto de algumas instituições nacionais promotoras do desenvolvimento local e/ou social informações sobre o empreendedorismo social desenvolvido pelas ONG's cabo verdianas e pela sociedade civil em geral.

I-Identificação do entrevistado

Cargo/ função na instituição: _____

Sexo: _____ Escolaridade: _____

II- Caracterização da Instituição

Nome: _____

Anos de existência: _____

Público-alvo: _____

III- Empreendedorismo social em Cabo Verde

1. Qual o retrato que faz do empreendedorismo social em Cabo Verde?

2. Conhece as instituições que desenvolvem o empreendedorismo social em Cabo Verde? Sim ___ Não ___

Se sim quais _____

3. Qual o perfil das ONG's que implementam o empreendedorismo social nas ilhas?

4. Quais as principais áreas destinadas pelas iniciativas do empreendedorismo social?

5. Conhece os parceiros nacionais e internacionais impulsionadores das iniciativas no arquipélago? Sim ___ Não ___

Sim quais: _____

6. O empreendedorismo social promovido pelas associações tem tido reflexos no desenvolvimento do país? Sim ___ Não ___

7. Quais as dificuldades constatadas pelas instituições que impulsionam o empreendedorismo social? Que contrapartidas têm sido utilizadas?

8. Existem estratégias de encorajamento as práticas do empreendedorismo social instigadas? Quais? Sim ___ Não ___

9. Conhece alguma perspectiva delineada para o fenómeno em Cabo Verde?

Sim ___ Não ___

IV- Perspetivas do associativismo face ao empreendedorismo social em Cabo Verde

1. As associações de desenvolvimento local podem ser as principais promotoras do empreendedorismo social em Cabo Verde? Sim ___ Não ___

2. O empreendedorismo social ajuda na dinamização do associativismo no arquipélago? Sim ___ Não ___

3. O empreendedorismo social pode auxiliar na afirmação dos movimentos associativos no país? Sim ___ Não ___

4. Quais as dificuldades na implementação das iniciativas de empreendedorismo social por essas associações?

5. O empreendedorismo social desenvolvido pelas associações cabo verdianas apresenta o potencial transformador das comunidades? Sim ___ Não ___

6. O empreendedorismo social desenvolvido pelas associações contribui para a dinamização do campo da economia social em Cabo Verde? Sim ___ Não ___